

IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE JOVENS NO NÚCLEO DE APOIO SÓCIO FAMILIAR/PARQUE JARAGUÁ: AVANÇOS E DESAFIOS

YOUTH LIVING CENTERS OF DEPLOYMENT IN SOCIAL SUPPORT FAMILY NUCLEUS / PARK JARAGUÁ: ADVANCES AND CHALLENGES

CARLA FERNANDA ÁVILA LUZETTI*
EGLI MUNIZ**

RESUMO

A pesquisa cujo tema é a “Implantação do Centro de Convivência de Jovens no Núcleo de Apoio Sócio Familiar/Parque Jaraguá: avanços e desafios” teve como objetivo geral desvelar os avanços e desafios enfrentados, superados e não superados pelo Centro de Convivência de Jovens. Caracterizou-se como um estudo qualiquantitativo, valendo-se das falas e depoimentos coletados por meio de entrevista, grupo focal e questionário junto aos pais, adolescentes e profissionais, no período de fevereiro a outubro de 2010. A análise dos dados permitiu constatar que o serviço tem proporcionado a efetivação de direitos e satisfação dos adolescentes e sua família, visto que os jovens que participaram da pesquisa demonstraram que houve mudanças em suas realidades e seus pais perceberam essas transformações em relação ao comportamento de seus filhos, no desempenho escolar, na relação com a familiar, maior participação na comunidade e interesse em aprender visando transformar sua realidade, como sujeitos de seu próprio desenvolvimento dentro do contexto em que estão inseridos.

Palavras chaves: Assistência Social. Juventude.

* Bacharelada em Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social sob orientação da Professora Doutora Egli Muniz.

** Possui graduação em Serviço Social - ITE (1967), mestrado em Serviço Social - UNESP (1998) e doutorado em Serviço Social pela PUC-SP (2003), com foco na gestão da política de assistência social. Coordenadora e Professora no Curso de Serviço Social, do Centro Universitário de Bauru (ITE) e Coordenadora do curso de pós-graduação lato sensu em Gestão de Políticas Públicas. Foi Secretária Municipal de assistência social da Prefeitura Municipal de Bauru na gestão 2005-2008. Atua na capacitação de equipes de órgãos gestores bem como Conselhos de Assistência Social.

ABSTRACT

The research which the main theme is “The implantation of the community center for de young on the support nucleus of Parque Jaragua: Advancements and Challenges”. This study has made on a qualitative and quantitative perspective, using the speech and statements of the subjects gathered during interview, focal group and questionnaire applied to de parents, teenagers and professionals, in February to October of 2010. With data analysis results we could attest that the hypothesis was true, so, the result of the implantation of the service accomplished the affirmation of the rights and the satisfaction of the teenagers and their families. In fact, the teenagers that engaged on the data research showed changes in their reality and their parents perceived this changes in the behavior of its children, in their scholar life, and on their family relations, bigger participation in the community and interest in learning with perspective of changing their reality, as capable people and efficient inside their social context.

Keywords: Social Assistance. Teenagers.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema a “Implantação do Centro de Convivência de Jovens no NAF/Jaraguá: avanços e desafios” e surgiu como temática à aluna durante o período de estágio nessa instituição, desenvolvido no período de fevereiro a outubro de 2010 junto à população usuária residente no bairro e regiões abrangentes.

O Instituto NAF/Jaraguá é uma entidade social fruto da parceria entre a Fundação Toledo e a Prefeitura Municipal de Bauru (SEBES). Este instituto atende famílias em situação de vulnerabilidade social, residentes na região noroeste da cidade de Bauru. O NAF tem como missão trabalhar de forma não somente a sanar necessidades emergenciais quando constatadas, mas oportunizar ao usuário condições para sua emancipação socioeconômica e autonomia através de seus serviços.

A Fundato é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, fundada no ano de 1966, através dos instituidores Sr. Eufrásio de Toledo e sua esposa Maria do Carmo Leite de Toledo.

A entidade tem como objetivos instituídos no seu estatuto: “desenvolver a compreensão dos direitos e deveres do cidadão, família, Estado e grupos que compõe a sociedade; promover a aquisição do conhecimento, habilidades e a formação de atitudes e valores; desenvolver o homem ou sua personalidade humana na participação do bem comum para a vida social; preparar o homem enquanto indivíduo para sua melhor compreensão do ambiente natural e social do sistema político e dos valores da sociedade; incentivar o respeito, à igualdade entre os homens, aos princípios de liberdade e aos ideais de solidariedade humana”, para o alcance desses objetivos desenvolve-se programas, projetos e serviços junto à população usuária de Bauru por meio dos seus institutos: CITE, CIAVI e os NAFs Jaraguá e Real.

De acordo com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o instituto se enquadra na rede de proteção social básica que tem como objetivo:

Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de

vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros), e/ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outros). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos.

O Instituto atende famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, sendo seu objetivo oportunizar as famílias e a comunidade, condições e serviços a que têm direito, através da formação de uma rede setorial e intersetorial de serviços socioassistenciais, objetivando a inclusão social e a efetivação da cidadania e tem como finalidade proporcionar a emancipação social como prevê o SUAS.

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar a implantação do Centro de Convivência de Jovens que visa proporcionar condições de inserção, reinserção e permanência no sistema educacional, bem como o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a construção da cidadania, ampliação de seu universo informacional, cultural e de pertencimento com vistas à interlocução política e social na perspectiva do protagonismo juvenil. O público alvo de Convivência constitui-se de jovens na faixa etária de 14 a 17 anos e 11 meses, provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social.

O serviço busca o acesso aos direitos previstos pelo ECA, através do desenvolvimento de oficinas e encontros socioeducativos (esporte, lazer, cultura, entre outros) o reconhecimento de sua condição como pessoa em desenvolvimento, estimulando um processo de socialização e de trocas culturais diversas, conforme características particulares de cada indivíduo/grupo e suas capacidades para produzir conhecimento e cultura. Leva em conta a questão do pertencimento local, conhecendo de forma efetiva sua realidade e criando mecanismos de transformações, o que possibilitará a elevação da autoestima, ampliação de sua perspectiva de autonomia pessoal e social.

De acordo com a Constituição Federal, artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e o adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao

respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O serviço oportuniza a discussão sobre os temas de grande relevância como: Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais, Juventude e Saúde, Juventude e Meio Ambiente; Juventude e Trabalho; Juventude Lazer e Esporte; e Juventude e Cultura através de palestras, passeios, sessões de filmes, jogos, debates, dinâmicas, entre outros.

Deste modo, o estudo teve como objetivo geral desvelar os avanços e desafios enfrentados, superados e não superados no serviço de Centro de Convivência de Jovens e como objetivos específicos caracterizar a realidade dos jovens incluídos no serviço; identificar os desafios enfrentados com relação à dificuldade de motivar os jovens a participarem ativamente do serviço; e identificar os avanços obtidos com relação à inserção, reinserção e permanência no sistema educacional, bem como o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a construção da cidadania, ampliação do seu universo informacional cultural e de pertencimento com vistas ao alcance do protagonismo juvenil.

O problema que orienta a pesquisa foi voltado a responder quais os avanços e desafios enfrentados e superados pelo serviço de Convivência de Jovens no Instituto NAF/Jaraguá.

A pesquisa é de grande importância para a instituição, pois, permitirá evidenciar quais os avanços obtidos durante o período em que o trabalho foi desenvolvido e também quais os desafios a superar para que o serviço prestado aos usuários aos usuários seja de melhor qualidade.

Trata-se de um estudo exploratório desenvolvido uma abordagem quali-quantitativa, amparando-se em sua maioria em dados qualitativos, uma vez que se enfatizou as falas dos usuários e as transformações que o serviço trouxe ao contexto dos adolescentes.

Para coleta de dados quantitativos, foi utilizado o questionário, com perguntas abertas, elencadas de acordo com a similaridade entre elas.

Foi utilizado também grupo focal e entrevista, para a coleta de dados qualitativos. As respostas foram filtradas e selecionadas de acordo com a coerência, pois, alguns pais e adolescentes não conseguiram compreender algumas perguntas e para não induzir a resposta não foram utilizadas no trabalho.

É importante ressaltar que de acordo com os dados quantitativos e os dados empíricos foi possível fundamentar de forma verídica os resultados do TCC.

É relevante destacar que o universo da pesquisa é composto por quarenta adolescentes que estão inseridos no CCJ desde a implantação em fevereiro de 2010, correspondentes a trinta e nove famílias, pois existem irmãos inseridos no serviço, além de seis integrantes da equipe que trabalha com esses jovens o número dos sujeitos é pequeno a pesquisa com a equipe será censitária.

A escolha dos sujeitos para o grupo focal e entrevista (pais) se deu através da amostra probabilística, casual e simples, dando a todos a mesma probabilidade de serem escolhidos para fazerem parte do grupo focal, preenchimento de formulário e da entrevista. Ao todo participaram do grupo focal oito adolescentes e da entrevista dez pais.

Os resultados da pesquisa foram organizados em três eixos de análise: perfil dos adolescentes; desafios enfrentados com relação à participação ativa dos jovens no serviço; e avanços obtidos. Como indicadores para identificar os avanços foram levantados: inserção, reinserção e permanência no sistema educacional; fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; e ampliação do universo informacional, cultural e de pertencimento com vistas à perspectiva do protagonismo juvenil.

O primeiro capítulo deste trabalho discute sobre a PNAS, o SUAS, a LOAS, o Projovem Adolescente, apresentando a Fundação Toledo e o instituto NAF/Jaraguá, local onde é desenvolvido o serviço, alvo desta pesquisa. No capítulo seguinte serão apontados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa e o cenário onde foi realizada. Seguido pelo terceiro capítulo que se trata da apresentação, análise e interpretação dos dados extraídos da pesquisa realizada junto aos participantes do serviço de CCJ.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A JUVENTUDE

O presente capítulo discute sobre a Política Nacional de Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social, a Lei Orgânica da Assistência Social, o Projovem Adolescente, apresentando a Fundação Toledo e o Instituto Núcleo de Apoio Sócio Familiar, situado no parque Jaraguá, local onde é desenvolvido o serviço Centro de Convivência de Jovens, o alvo da pesquisa. Conceitua ainda o que é adolescência e por fim quais os desafios enfrentados pelos profissionais que trabalham com esses jovens de forma a subsidiar a análise

dos dados levantados com a pesquisa sobre a Implantação do Centro de Convivência de Jovens no Núcleo de Apoio Sócio Familiar/Parque Jaraguá: avanços e desafios.

2.1 Sistema Único de Assistência Social – SUAS

Em sua trajetória, a assistência social surge relacionada com valores morais e religiosos, com as damas de caridade que faziam parte da burguesia e ajudavam os pobres. Até hoje, pessoas leigas sobre o assunto, quando escutam falar em assistência social pensam em “mulheres boazinhas” que dão comida ou vale transporte às pessoas menos favorecidas. Esse é o chamado assistencialismo.

Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, onde a assistência social passa a se constituir uma política pública, formando o tripé da Seguridade Social em conjunto com a saúde e a previdência social. Como estabelece o art. 203 da Constituição:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Em 1993, como resultado de amplos debates e negociações, em todo território nacional, houve a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993) que regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição Federal dando início ao processo de construção da gestão pública e participativa da assistência social.

O artigo 6º da LOAS diz que:

as ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social, que articule meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas, compostas pelos diversos setores envolvidos na área.

O sistema citado no parágrafo acima, se refere aos órgãos gestores da assistência, aos Conselhos e Fundos de Assistência Social, constituídos nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e as entidades e organizações que prestam serviços e benefícios de assistência social.

Aos Conselhos de Assistência Social compete normatizar e regular as ações na esfera pública e privada na área de assistência social, aprovar a Política e os Planos de Assistência Social, cada um em seu âmbito de competência. Também aprovam os critérios de transferência de recursos.

Já os Fundos de Assistência Social, recebem todos os recursos de Assistência Social (que são repassados através dos Fundos das três esferas, ou seja, do federal para o estadual e do estadual para o municipal), com a fiscalização e aprovação dos Conselhos de Assistência Social.

E por fim, as entidades e organizações de assistência social, que fazem parte também desse sistema que, de acordo com o artigo 3º da LOAS: “[...] são aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por essa lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos”.

No ano de 2003, ocorreu a IV Conferência Nacional de Assistência Social, em Brasília/DF, cuja principal decisão foi a construção e implementação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, condição necessária da LOAS para que a assistência social se torne efetiva como política pública.

Em 2004, é criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), que fez com que o processo de regulamentação da LOAS se acelerasse e também impulsionou a nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pelo Conselho de Assistência Social – CNAS, em 2004, a qual define o novo modelo de gestão para a

assistência social: o Sistema Único de Assistência Social, o qual materializa o conteúdo da LOAS.

A Política Nacional de Assistência Social expressa a importância da Assistência Social como sustentação da Proteção Social Básica Brasileira no segmento da Seguridade Social, a PNAS (2006) vem de encontro à Constituição Federal e da LOAS definindo princípios que nortearão sua implementação resultando em uma reformulação para a cidadania no Brasil.

Com a criação do SUAS ampliou-se dando novos significados ao sistema descentralizado e participativo, criado pela LOAS como afirma a PNAS (2004):

O Sistema Único de Assistência Social é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo. Sua função é a gestão da assistência social e é constituído por um conjunto de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais que são prestados por órgãos e instituições públicas ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos.

Nesse sentido, a Política Nacional de Assistência Social busca reunir as demandas existentes na sociedade brasileira, apontando onde há responsabilidade política para a prevenção da vulnerabilidade, tendo como objetivo tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Com o desafio do enfrentamento das expressões da questão social, a descentralização possibilitou o desenvolvimento de maneiras inovadoras e criativas na sua implementação, gestão, monitoramento, avaliação e informação.

A Política Pública da Assistência Social é efetivada pelo SUAS em cada município brasileiro através de ações integradas de iniciativa pública e da sociedade, como é explicado no artigo 1º da LOAS:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para atender às necessidades básicas.

A mesma, por estar inserida na Seguridade Social, também tem o caráter de política de Proteção Social, que significa segundo Di Giovanni (1998, p.10, *apud* Muniz, 2009, p. 31) constitui-se:

[...] as formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. (...) Neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que com intuito de proteção, fazem parte da vida da coletividade.

A proteção social da Assistência Social, de acordo com a PNAS (2004) deve garantir: segurança de sobrevivência, que é a garantia que todos tenham uma renda para subsistência independentemente de limitações físicas ou desemprego; segurança da acolhida que provê as necessidades humanas básica, como o direito à alimentação, ao vestuário e ao abrigo. A intenção é que os indivíduos alcancem a autonomia na provisão dessas necessidades e por fim a segurança do convívio, por meio da qual ocorre a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento através das dimensões multicultural, intergeracional, intersubjetivas, entre outras.

Os objetivos desta política são: prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural e assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

A proteção social de Assistência Social se organiza em básica e especial. A proteção social básica, segundo a PNAS (2004), tem por objetivo:

Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e

comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros), e ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outros). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos.

Todos os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica terão de se articular entre si e com as outras políticas públicas do município, para que possam garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, para que os mesmos possam superar as condições de vulnerabilidade e prevenir as situações de risco. Também estarão articulados aos serviços de proteção especial, garantindo a efetivação dos encaminhamentos necessários.

Os serviços de proteção social básica serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, e de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS, que visa à orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário, sendo que o mesmo é a porta de entrada para todos os serviços oferecidos a população usuária pelas entidades e organizações de Assistência Social. Ele faz um mapeamento do território em que está inserido e encaminha o usuário para um dos serviços da rede socioassistencial de acordo com sua demanda. A rede socioassistencial, de acordo com Muniz (2009, p. 5) é:

[...] um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade.

A rede pode ser considerada o meio de acesso que as famílias, indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade e risco social têm à proteção social, defesa de direitos e vigilância

socioassistencial, por causa da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios que são prestados pelo poder público ou em parceria com instituições ou organizações sem fins lucrativos vinculadas ao SUAS e que são planejados para melhor atender os usuários, de acordo com suas demandas e próximo de onde os mesmos residem, independente de sua renda, considerando sempre que todos somos sujeitos de direitos.

A proteção social, vigilância socioassistencial e a defesa de direitos são as funções da assistência social. A proteção social é o conjunto de cuidados, ações, benefícios e auxílios disponibilizados pelo SUAS para a prevenção e redução do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo de vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional, a mesma é dividida em proteção social básica e especial que serão explanadas a partir do parágrafo abaixo; a vigilância socioassistencial se resume na produção e sistematização de informações, indicadores e índices por território, por exemplo, das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre as famílias nos diferentes ciclos de vida e a defesa de direitos visa garantir aos usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa.

Podemos citar alguns exemplos de serviços de proteção social básica, tais como: Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF (executado exclusivamente pelo CRAS), Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (serviços para crianças de até 06 anos, serviço para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e serviços para idosos) e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idoso.

A proteção social especial, de acordo com a PNAS (2004), se resume a:

[...] modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

A proteção social especial deve priorizar a reestruturação dos serviços de abrigo de indivíduos que já não podem contar mais com suas famílias. Esses serviços são destinados a crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência, moradores de rua que são vítimas de maus tratos e/ou que estão tendo seus direitos violados.

A proteção especial se divide em: média e alta complexidade. Os serviços de média complexidade são aqueles que disponibilizam cuidados e atenção às famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. São serviços de média complexidade: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço

Especializado em Abordagem Social, Serviço de Proteção Social e Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias e Serviços Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Os serviços de proteção especial de alta complexidade oferecem proteção integral como: Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviço de Proteção em situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

O serviço Centro de Convivência de Jovens atende adolescentes que são encaminhados tanto pela proteção social básica, quanto pela proteção social especial, como será discorrido no item abaixo.

2.2 O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem e o Centro de Convivência de Jovens

A priori o objeto deste estudo relaciona-se ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, que foi reconstruído em 2005. Essa reformulação foi resultado de um processo de construção da Agenda Social do Governo Federal, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, do Trabalho e Emprego – MTE, da Educação – MEC, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH e a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, cabendo ao MDS o Projovem Adolescente.

O Projovem Adolescente é explicado em seus cadernos de traçados metodológicos, fornecidos pelo próprio MDS (2009):

O Projovem Adolescente, coordenado pelo MDS, é voltado para jovens de 15 a 17 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa

Família e jovens vinculados ou egressos de programas e serviços da proteção social especial, como o Programa de Combate à Violência e à Exploração Sexual e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, ou ainda jovens sob medidas de proteção ou socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Como forma de promover e garantir a intersetorialidade na modalidade Projovem Adolescente foi constituído um comitê, sob a coordenação do MDS, com representantes dos ministérios e secretarias parceiros, a saber: Ministérios da Cultura, do Esporte, da Saúde, do Meio Ambiente, do Trabalho, da Educação, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria Nacional de Juventude.

O resultado do trabalho deste grupo interministerial foi um levantamento de todos os programas federais voltados aos jovens e um diagnóstico da juventude brasileira, mostrando assim os desafios que o governo enfrentará para construir um lugar digno para os jovens na nossa sociedade civil, quais sejam: ampliar o acesso e a permanência dos jovens na escola de qualidade; erradicar o analfabetismo entre os jovens; prepará-los para o mundo do trabalho; gerar trabalho e renda; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social dos jovens e melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio urbano, rural e nas comunidades de referência.

O Projovem Adolescente incorpora três eixos estruturantes:

Convivência Social: O convívio é parte da dinâmica social na qual se desenvolve o sentimento de pertença, a construção da identidade e a afirmação da individualidade. Por meio dele se realiza a transmissão dos códigos sociais e culturais e se estabelecem os valores que norteiam a vida em sociedade. É também por meio do convívio que se estabelecem e se solidificam os vínculos humanos, inicialmente no âmbito familiar, constituindo uma rede primária de relacionamentos que asseguram afeto, proteção e cuidados e, posteriormente, nos espaços comunitários, ampliando-se o leque destes relacionamentos e tecendo-se redes secundárias, essenciais ao desenvolvimento afetivo,

cognitivo e social. A segurança sentida na convivência familiar e comunitária oferecerá as bases necessárias para o amadurecimento e para a constituição de uma vida adulta saudável.

Participação Cidadã: A formação para a cidadania supõe a sensibilização e o desenvolvimento da percepção dos jovens sobre a realidade social, econômica, cultural, ambiental e política em que estão inseridos, especialmente sobre a condição juvenil; a apropriação de seus direitos de cidadania e o reconhecimento de deveres; o estímulo ao desenvolvimento de práticas associativas e de formas de expressão e manifestação de seus interesses, visões de mundo e posicionamento no espaço público.

Mundo do trabalho: A formação para o mundo do trabalho define-se aqui como processo vital e educativo que contribui para torna possível aos jovens a sua existência autônoma e a sua cidadania. O trabalho é estruturador de identidades, cria espaço de pertencimento social, é organizador de práticas sociais específicas de caráter histórico e cultural, por meio das quais se constroem as condições de existência em sociedade. Nessa perspectiva, é constituinte do sujeito na sua totalidade; é o espaço onde o cidadão se realiza enquanto produtor de si mesmo e produtor de cultura. (MDS, 2009)

O conjunto de expressões da questão social, objeto de atenção e reflexão no Projovem Adolescente se expressa em temas transversais que atravessam e perpassam, em toda a sua extensão, as ações socioeducativas em suas atividades teóricas e práticas, recobrando os vários domínios e conteúdos imprescindíveis para a compreensão da realidade e para a participação social dos jovens em seu processo de crescimento e desenvolvimento individual e coletivo. Os temas transversais são:

Juventude e Direitos Humanos e Sócioassistenciais

Juventude e Saúde

Juventude e Meio Ambiente

Juventude e Trabalho

Juventude e Cultura

Juventude e Esporte e Lazer

A seleção dos conteúdos e das ações socioeducativas em cada tema transversal teve como referência a análise das condições institucionais para a efetiva integração das políticas públicas voltadas para os jovens nos municípios, desenvolvidas a partir das prioridades políticas definidas por cada Ministério parceiro no Projovem Adolescente.

A concepção metodológica do Projovem visa ao desenvolvimento integral dos jovens, abrangendo e articulando as diversas dimensões de sua vida como indivíduo, como futuro profissional e como cidadão, e promovendo a vivência de práticas socioeducativas que proporcionem a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades para empreenderem projetos de vida pessoais e coletivos, transformadores e comprometidos com o bem comum.

Nessas perspectivas, as principais referências metodológicas do Projovem Adolescente estão apoiadas nas seguintes dimensões (MDS, 2009):

Dimensão dialógica – o alargamento da percepção e da aprendizagem se produz em diálogo entre iguais. Significa considerar a todos como portadores de saberes e favorecer ações socioeducativas que se realizem na troca de idéias e de experiências, na socialização de conhecimentos, no trato de conflitos e na negociação e construção de consensos, facilitados pela convivência e pelo trabalho coletivo.

Dimensão reflexiva – o desenvolvimento de postura crítica a partir da reflexão sobre o cotidiano, sobre as experiências pessoais, coletivas e comunitárias e sobre as práticas socializadoras vivenciadas pelos jovens em suas diversas redes. A dimensão reflexiva está voltada para a elaboração do que é vivido – assim como o projetado na ordem imaginária – e para a sistematização dos novos conhecimentos adquiridos.

Dimensão cognitiva – a ampliação da capacidade de analisar, comparar, refletir, não só sobre o que se aprende, mas sobre como se aprende; capacidade de acessar informações e conhecimentos, de apropriar-se das aprendizagens, reproduzir e criar novos saberes e transformá-los em novas experiências.

Dimensão afetiva – o desenvolvimento e ampliação de relacionamentos interpessoais, envolvimento e comprometimento, construção de interesses comuns, cumplicidades e criação de vínculos afetivos que proporcionam alegria e prazer na participação das ações socioeducativas.

Dimensão ética – o exercício da participação democrática, da tolerância, da cooperação, da solidariedade, do respeito às diferenças nas relações entre os jovens e entre estes e a equipe de profissionais, para o desenvolvimento de princípios e valores relacionados aos direitos, à dignidade humana, à cidadania e à democracia.

Dimensão estética – o estímulo ao desenvolvimento das sensibilidades estéticas na perspectiva da percepção do outro em suas diferenças, independentemente dos valores e padrões impostos como mecanismos de exclusão e invisibilidade social. A valorização e legitimação das diferentes expressões artísticas, culturais, de condições físicas, origem étnica, racial, de opção religiosa e de orientação sexual.

Dimensão lúdica – o estímulo ao espírito de liberdade, à alegria de viver, ao desenvolvimento integral de todas as potencialidades humanas, valorizando o jogo e a brincadeira no jeito de ser jovem e favorecendo a livre expansão das individualidades, base para uma real emancipação humana.

O Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, ao complementar as formas de proteção social à família proporcionadas por outros programas, serviços e benefícios socioassistenciais, pretende contribuir para reforçar a convivência do jovem com sua família e favorecer novas referências, reconhecendo sua importância na garantia da proteção, da socialização e do desenvolvimento da autonomia do jovem e apoiando-a no desempenho dessas funções. Reforça, com isso, a centralidade atribuída à família na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a matricialidade sócio familiar como princípio ordenador das ações de proteção social. (MDS, 2009)

O entendimento de família, inscrito na PNAS, é de que esse grupo é resultante de uma pluralidade de arranjos sociais, não havendo um modelo ideal. As mudanças de papéis

familiares decorrentes do desemprego masculino adulto, a forte presença das avós nas famílias e a gravidez na adolescência, dentre outras, são questões que compõem a diversidade de situações familiares a serem consideradas nas ações socioeducativas a serem desenvolvidas com os jovens. Nesse sentido, é necessário que as ações levem em conta as relações dos jovens com suas famílias, contribuindo para que os conflitos familiares possam ser objetivados, compartilhados e refletidos. Espera-se com isso que de tais processos se produzam aprendizagens e socializações tanto para os jovens quanto para os adultos das famílias, que possam contribuir para mudanças. (MDS, 2009)

O mesmo também deve criar espaços de diálogo e de trocas sobre as vivências e relações dos jovens com a escola como estratégia para valorizar suas experiências escolares, buscar qualificar essas relações e estimular o jovem a investir na continuidade de seu processo de formação. No trabalho socioeducativo, a escola deve ser compreendida e identificada como espaço onde circulam saberes, aprendizagens e experiências relacionais importantes para a socialização dos jovens, além de constituir-se em espaço da aprendizagem formal, que propicia acesso aos conhecimentos historicamente acumulados e à construção de perspectivas emancipatórias. (MDS, 2009)

De acordo com o caderno de Traçados Metodológicos do ProJovem Adolescente (MDS, 2009) as ações socioeducativas, de acordo com a sua natureza e tipo de organização, apresentam-se em três modalidades distintas, a saber:

Encontros: são espaços de responsabilidade do Orientador Social, nos quais se desenvolvem com os jovens um itinerário formativo, orientado pelos percursos socioeducativos e por seus objetivos. Nos encontros se desenvolvem ações de pesquisa, estudos, reflexão, debates, experimentações, visitas a equipamentos institucionais, públicos ou privados do território e ações na comunidade. Os encontros são semanais e organizam-se em torno dos temas transversais e do planejamento, avaliação e sistematização da participação dos jovens no Projovem Adolescente.

Oficinas de Convívio por meio do Esporte, Lazer, Arte e Cultura: são espaços de práticas e vivências culturais, lúdicas, esportivas e de lazer, desenvolvidas pelos respectivos Facilitadores e também pelo Orientador Social. Buscam estimular a criatividade, propiciar o acesso

dos jovens a serviços públicos e sua participação em eventos e manifestações artísticas, culturais e de esporte e lazer. As Oficinas são estratégias pedagógicas para a integração dos temas transversais e contribuem para reforçar a adesão e o compromisso dos jovens com o serviço. Por meio do acesso dos jovens à arte, à cultura e ao esporte, busca-se ampliar as oportunidades de inclusão social.

Oficinas de Formação Técnica Geral (FTG): são espaços/tempos de trabalho socioeducativo de responsabilidade do Facilitador de Formação Técnica Geral/ FTG, com o objetivo geral de desenvolver atividades teóricas e práticas sobre os conhecimentos do mundo do trabalho, integradamente ao desenvolvimento da comunicação em diferentes linguagens, com a utilização dos recursos técnicos os mais variados incluídos os digitais, e ao desenvolvimento de capacidades e habilidades transversais, que estão presentes no mundo escolar e no mundo do trabalho. Através da indissociabilidade da relação teoria e prática busca-se nessas oficinas contextualizar a construção do saber de cada um e do saber coletivo.

O público alvo do Projovem Adolescente abrange os jovens cujas famílias estão inseridas no Programa Bolsa Família, e devido a sua situação socioeconômica demandam de ações da proteção social básica; ou jovens que necessitam da proteção social especial, por algum momento de suas vidas tiveram seus direitos violados ou entraram em conflito com a lei.

O público alvo do CCJ são: jovens de 14 a 17 anos, vindos de famílias em situação de vulnerabilidade (são situações originadas da pobreza, fragilização de vínculos ou relacionada aos ciclos de vida, ou seja, idoso, jovem, criança) ou risco social (situações de violação de direitos por vitimização, violência, abandono, deficiência, agressão, entre outros) dando prioridade às que estão inseridas no Programa Bolsa Família e Bolsa Variável Jovem (BVJ – Projovem Adolescente; Adolescentes inseridos no Programa Ação Jovem). Abaixo será devidamente explanado o conceito de cada um deles:

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004);

Bolsa Variável Jovem é uma nova modalidade de benefício variável do Programa Bolsa Família vinculada aos jovens de 16 e 17 anos, cujo objetivo é contribuir para a permanência na escola dos jovens do Programa Bolsa Família que completarem 16 anos;

Egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas. Os jovens que estão cumprindo a medida socioeducativa em regime Liberdade Assistida ao encerrarem o cumprimento da medida estarem próximos da liberdade, saírem do regime de internação e vão para esse regime para que possam voltar a estudar, passar a frequentar cursos, voltam para casa nos finais de semana, preparando-os assim para a reinclusão na sociedade e na família. Eles estão inseridos na Fundação CASA (Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente) que é uma instituição ligada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, cuja missão primordial aplicar em todo o Estado às diretrizes e as normas dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), promovendo estudos e planejando soluções direcionadas ao atendimento de adolescentes autores de atos infracionais, na faixa de 12 a 21 anos. Estes cumprem as medidas socioeducativas de privação de liberdade (internação), semiliberdade e meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade). As medidas são aplicadas de acordo com o ato infracional e a idade dos adolescentes;

Egressos dos Centros de Convivência Infanto-Juvenis; Egressos ou vinculados a programas e serviços de combate ao abuso e à exploração sexual. A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo e de difícil enfrentamento, inserido num contexto histórico-social de violência endêmica e com profundas raízes culturais. Foi apenas na década de 90, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que esses passaram no Brasil a ser juridicamente considerados sujeitos de direitos, e não menores incapazes, objetos de tutela, de obediência e de submissão. Essa ruptura com antigos padrões societários representa um importante avanço civilizatório – o dos direitos humanos. A construção de novas relações adultos-jovens, baseada em relações afetivas, de proteção e de socialização, implica em denúncia e responsabilização

dos violadores desses direitos e jovens que estejam em situação de abrigo, e em acompanhamento pelo Programa Resgate de Convivência Familiar e Comunitária.

O CCJ efetiva direitos dos jovens de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA resgata juridicamente a cidadania e a atenção universalizada a todas as crianças e adolescentes e respeita as normativas internacionais destinadas a implementarem políticas públicas especialmente dirigidas a esse segmento.

Em Bauru, antes da Tipificação Nacional dos Serviços socioassistenciais (2009) e da implementação do Projovem, a SEBES havia criado, em 2005, os Centros de Convivência de Jovens, equipamentos onde eram desenvolvidos os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, conforme são hoje denominados, com recursos exclusivos do orçamento municipal.

Com a implantação do Projovem os Centros de Convivência também utilizam a mesma metodologia, embora nem todos com recursos federais. É o caso do CCJ do NAF/Jaraguá.

De acordo com o art. 19, do Decreto nº 6.629, de 2008, os jovens admitidos no Projovem Adolescente serão organizados em grupos e cada um deles constituirá um “coletivo”. Sua proposição, por um lado, baseia-se numa leitura crítica da estrutura social brasileira, das raízes histórico-estruturais das nossas desigualdades e dos valores hegemônicos – o individualismo exacerbado, por exemplo, – que dão sustentação a um certo modelo de desenvolvimento, altamente concentrador e excludente. Por outro lado, o coletivo persegue uma visão estratégica de enfrentamento destas mesmas desigualdades, a partir de um movimento, em escala, de empoderamento da juventude, potencializando a sua energia vital, a partir de um processo de resgate cultural, de uma proposta de ação-reflexão baseada nos direitos de cidadania, da geração de tempos e espaços socioeducativos para a apreensão crítica da realidade do seu território e dos desafios que este lhes apresenta, enquanto superação de limites, determinantes do chamado “ciclo transgeracional de reprodução da pobreza”.

Por outro lado, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, artigo 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento

físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

O ECA estabelece como direitos fundamentais o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, sendo que é dever da família, da comunidade, da sociedade e o Estado assegurar, como diz o artigo 4º do ECA, com absoluta prioridade, a efetivação desses direitos.

De acordo com o artigo 59 do mesmo: “Os municípios com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas à infância e a juventude”.

O CCJ busca efetivar este artigo acionando a rede de serviços sociais do município e parcerias com empresas, de forma a complementar as ações desenvolvidas diretamente pelo NAF, os encontros, Oficinas de Convívio por meio do Esporte, Lazer, Arte e Cultura e Oficinas de Formação Técnica Geral.

Os jovens têm participação no planejamento das ações, na sua avaliação e na apropriação dos resultados para que os mesmos desenvolvam atividades em sua comunidade de forma que possam desenvolver seu protagonismo e autonomia, que serão planejadas juntamente com a Equipe Técnica do CRAS, técnica do monitoramento do serviço, orientadores e facilitadores do CCJ.

2.3 Os desafios enfrentados pelos profissionais que trabalham com jovens

Tendo em vista que este estudo refere-se especificamente ao jovem, explanar sobre essa fase do desenvolvimento humano mais a fundo, relacionando com o tema e objetivos do TCC.

A adolescência caracteriza-se por ser uma fase de transição entre a infância e a juventude. É uma etapa muito importante do desenvolvimento, com características muito próprias, que levará a criança torna-se um adulto. As mudanças corporais são universais. A característica mais visível é o acentuado desenvolvimento físico com fortes transformações internas e externas e também ocorrem mudanças nos campos intelectual e afetivo. A sociabilidade também é maior, embora a insegurança seja muito grande, há uma busca de

identidade, para qual o jovem necessita de um tempo, pois acarreta angústias, dificuldades de relacionamento e medo. Há também um crescente interesse pelas coisas que ocorrem no mundo, e é comum o surgimento de preocupações sociais.

De acordo com Fontana (2010):

Falar do segmento adolescente é focalizar um ser que vive um processo de contínua transformação, onde tudo é de certo modo provisório e sujeito a modificações. Dessa forma, é possível afirmar que a adolescência é uma fase decisiva para a formação da personalidade, em que os fatores familiares, educacionais, sociais, econômicos e genéticos, concorrem, com profundos reflexos, para formar o seu comportamento de futuro adulto.

Zagury (2002, *apud* Fontana 2010) diz que para dar limites e pontuar esse processo da adolescência é preciso ter claro o que é necessidade e o que é desejo:

Necessidade: algo inevitável, que se não for atendido, pode levar o indivíduo a ter problemas sérios de desenvolvimento, seja físico, intelectual ou emocional.

Desejo: é a vontade de possuir algo, de realizar algo, que pode ser ou não importante para o desenvolvimento, está vinculado ao prazer.

Portanto, todas as necessidades do adolescente devem ser supridas, já os desejos devem ser avaliados.

Existem vários tipos de adolescência: a amputada, em condensação simbólica, a exuberante, a abortada e a tardia, mais a que será discorrida é a amputada, pois, é a em sua grande maioria, a realidade dos jovens participantes do serviço de Convivência de Jovens, como explica Carvajal (1998, p.29) em uma de suas concepções de adolescência:

A carência de capacidades egóicas, decorrente da falta de oportunidades educativas e de desenvolvimento de suas potencialidades (dada à inclemência do ambiente que o rodeia), anula as manifestações do processo da adolescência a que está submetido

inexoravelmente, tornando este inconsciente ou críptico, ou seja, guardado no mais recôndito de seu ser e não podendo ser manifestado a não ser em situações limite como a embriaguez, o ato delinqüente ou a loucura em alto grau.

A fase da adolescência não é negada, mas, como apontam Aguiar, Bock e Ozella (2001), é criada historicamente pelo homem, como representação e como fato social e psicológico. É constituída como significado na cultura e na linguagem que permeia as relações sociais. Fatos sociais surgem nas relações e os homens atribuem significados a esses fatos; definem, criam conceitos que expressam esses fatos. Quando definimos a adolescência, estamos atribuindo significações, com base em realidades sociais e em “marcas”, significações essas que serão referências para a constituição dos sujeitos.

Desse modo, de acordo com a Política Nacional da Juventude (2006):

A juventude é uma condição social, parametrizadas por uma faixa etária, que no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre os 15 e 29 anos. Sendo tema de interesse público, a condição juvenil deve ser tratada sem esteriótipos e a consagração dos direitos dos/das jovens precisa partir da própria diversidade que caracteriza a(s) juventude(s). Em termos públicos e sociais, os jovens são sujeitos de direitos coletivos. Sua autonomia deve ser respeitada, suas identidades, formas de agir, viver e se expressar valorizadas. Os desafios no reconhecimento dos direitos dos jovens são muitos. O mais difícil de ser superado é a própria dubiedade advinda das contraditórias representações sociais sobre a condição juvenil. Não é exagero afirmar que a sociedade contemporânea é, paradoxalmente, juventudocêntrica, ao mesmo tempo que é crítica da juventude. Em outras palavras, nos aspectos de vivência pessoal e da consciência coletiva, ser jovem é um estado de espírito, uma dádiva, um dom de um momento passageiro da vida que não deveria passar, por ser o mais interessante e vibrante. Desse modo, ser jovem é ser empreendedor, expressar força, ter ânimo, se aventurar, ser espontâneo, ter uma boa apresentação física, ser viril, se divertir acima

de tudo, priorizando o bem viver em detrimento das responsabilidades mesquinhas da vida. Contudo, no âmbito profissional, no aspecto do compromisso cidadão ou no tocante à participação nos processos de tomada de decisão, inclusive nas esferas públicas, ser jovem é residir um incômodo estado de devir, justificado socialmente como estágio de imaturidade, impulsividade e rebeldia exacerbada. Nesse caso é possível afirmar que o jovem é aquele que ainda não é, mais que pode ser, ou que será. Em síntese, são dois lados da mesma moeda. Os mesmos esteriótipos que constroem um imaginário social de valorização da juventude são aqueles que impedem sua vida social plena. A manutenção dos esteriótipos dificulta a ação política. Em termos gerais, ser jovem é condição social com qualidades específicas e que se manifesta de diferentes maneiras, segundo características históricas e sócias.

Por isso, a relevância de inseri-los em serviços como o de Convivência de Jovens, que irá trabalhar, dentre outros, o protagonismo juvenil. A ênfase no protagonismo juvenil, através do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, possibilita a compreensão sobre o mundo contemporâneo, através da participação cidadã e convivência social com relevância para as transformações societárias ocorridas no mundo do trabalho. Nesse sentido:

[...] o protagonismo juvenil diz respeito à atuação criativa, construtiva e solidária do jovem, junto a pessoas do mundo (educadores), na solução de problemas reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla. Portanto, não se trata de uma atuação para os jovens, muito menos de uma atuação sobre os jovens. (COSTA, A. C. G., 2006, p. 22-23)

O público alvo do Centro de Convivência de Jovens se encontra em situação de vulnerabilidade social e isso é um risco para o desenvolvimento desses jovens. Pode levar o jovem e sua família a ter problemas de saúde, dificuldades na escola e na vida social. A desigualdade social e econômica pode levar também à falta de emprego constante, moradia precária, discórdias e violências. Enfim, pode afetar a qualidade de vida desses adolescentes.

Um problema que deixa conseqüências graves segundo Assis (2005, p. 16) é o consumo de álcool e drogas por familiares. Adolescentes cujos familiares tinham problemas com álcool e drogas já se embriagaram mais, consumiram mais maconha e apresentaram mais problemas psicológicos. Esses adolescentes geralmente têm mais baixa autoestima, estão mais insatisfeitos com suas vidas e têm mais dificuldade de relacionamento com os outros. A violência também está mais presente nesses jovens, com muitos relatos de agressões físicas e verbais cometidas contra os membros da família, geralmente pelo pai alcoolizado.

Conflitos na família podem causar sérios danos para os adolescentes, pois os mesmos estão em fase de desenvolvimento e o que acontece nessa fase forma o adulto do futuro. Os pais são muito importantes para equilibrar esses conflitos, mas, muitas vezes, eles são seus principais causadores.

Segundo Assis (2005, p.18) em sua pesquisa com adolescentes de São Gonçalo/RJ:

A violência na família traz muito sofrimento para o adolescente, atingindo igualmente famílias ricas e pobres. Quando ela é praticada pelos pais, de quem se espera afeto e proteção, o trauma pode ser ainda maior.

Uma das formas de violência mais difícil de detectar e mais prejudicial para a formação da pessoa é a psicológica, que ocorre quando as pessoas humilham, demonstram falta de interesse, fazem muitas críticas, colocam sentimento de culpa, desencorajam, ignoram sentimentos ou cobram excessivamente o adolescente. Metade dos adolescentes da pesquisa já passou por esse problema e seu potencial de resiliência ficou comprometido: desvalorizam-se e se sentem pouco capazes de superar os problemas.

A violência das cidades brasileiras causa temor em todos, pois não existe segurança, principalmente nas comunidades com maiores dificuldades sociais e econômicas o problema da violência às vezes se agrava, às vezes por falta de iluminação, a indisponibilidade de policiais nas ruas, entre outros fatores. Nessas localidades muitas vezes faltam postos de saúde, escolas, moradias adequadas, segurança e as ações criminosas são mais freqüentes. As famílias dessas comunidades sofrem muitas agressões e seus jovens estão expostos a vários riscos de vida, tendo principalmente seu direito de ir e vir violado.

A família tem como função básica apoiar e proteger seus filhos e para que isso seja possível, a família precisa ter equilíbrio emocional. Isso não quer dizer que ela é isenta de problemas, mas sim que ela tem potencial para encontrar alternativas para solucionar os conflitos sem deixar grandes marcas das experiências difíceis vividas. (ASSIS, 2005, p. 27)

Quando a comunidade oferece serviços públicos de qualidade como creches, escolas, postos de saúde, segurança e habitação ela também oferece proteção às suas crianças e adolescentes. Infelizmente, na realidade brasileira, especialmente nas áreas mais carentes, essa capacidade de proteger ainda está longe de acontecer. (ASSIS, 2005, p. 29). No entanto, existem programas sociais como, por exemplo, o CCJ que tem como um dos seus objetivos o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, para que os jovens tenham melhor qualidade de vida.

Esses são alguns dos desafios enfrentados pelos profissionais que sempre buscam a motivação dos adolescentes para que eles participem ativamente do serviço para que assim seus direitos sejam efetivados, alcançando o protagonismo juvenil.

Tendo discorrido sobre o serviço que foi alvo desta pesquisa, vamos explicar qual metodologia foi utilizada na mesma e qual foi o cenário da pesquisa.

3 METODOLOGIA E CENÁRIO DA PESQUISA

Neste capítulo serão apontados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa e o cenário onde foi realizada, o NAF/Jaraguá no município de Bauru.

3.1 Procedimentos Metodológicos

A realização da presente pesquisa teve como principal objetivo desvelar os avanços e desafios enfrentados, superados e não superados no serviço de Convivência de Jovens desenvolvido pelo instituto Núcleo de Apoio Sócio Familiar situado no Parque Jaraguá no município de Bauru.

A pesquisa é de extrema importância em nossa contemporaneidade, pois, trata-se de um conjunto de estudos que objetivam a solução de uma dúvida ou problema, de um processo de construção do conhecimento, de uma investigação sistemática orientada por um método, com objetivo de levantar, explorar e analisar dados para a criação, formalização e/ou renovação de áreas de conhecimento. É basicamente um processo de aprendizagem tanto do indivíduo que realiza, quanto da sociedade na qual essa se desenvolve. A pesquisa como atividade regular também pode ser definida como o conjunto de atividades orientadas e planejadas para busca do conhecimento. (TISATTO; SILVA, 2008, p. 44)

A pesquisa na área social vem se tornando a forma mais válida para que os profissionais que atuam na área social possam intervir na realidade conhecendo as reais necessidades da população usuária, quais suas expectativas, quais são seus interesses, possibilitando assim conhecer para realizar uma ação transformadora, para que os direitos dos mesmos sejam efetivados e que alcancem a emancipação.

Neste sentido, Martinelli (1999, p. 16) afirma que:

A pesquisa tem uma grande possibilidade de ser alimentadora da construção desta prática. E por isso é que, a cada momento, se institui para os profissionais que acreditam na ruptura a necessidade de fazer da pesquisa uma mediação fundamental da prática social.

Para chegarmos ao tema da presente pesquisa, foram necessárias muitas observações e discussões junto a supervisora de campo sobre o assunto. O estudo teve início no mês de fevereiro de 2010, quando houve reflexão sobre o tema. Decidido o tema, iniciou-se a elaboração de um fichamento, que buscou através de leituras de livros, revistas e artigos da internet aproximar a aluna do assunto proposto.

Posteriormente, iniciou-se os levantamentos bibliográficos, coletados através do fichamento, que foram utilizadas na fundamentação teórica de todo o trabalho, já que conforme pontua Minayo (1994, p.18-19) “a teoria é muito importante, pois esclarece melhor o objeto a ser pesquisado, colaborando no levantamento de hipóteses, na clareza para a organização dos dados e subsidiam a análise dos mesmos”.

A mesma autora (MINAYO, 1994, p.19 *apud* TISSATO; SILVA, 2008, p.45), ressalta ainda que:

Em resumo, a teoria é um conhecimento de que nos servimos no processo de investigação como um sistema organizado de proposições, que orientam a obtenção de dados e análise dos mesmos e de conceitos que vinculam seus sentidos.

O fichamento e o projeto de pesquisa serviram de suporte a todas as fases dessa pesquisa científica, pois auxiliaram na fundamentação teórica, na análise e interpretação dos dados e nesse momento em que se discorrem os procedimentos metodológicos.

O estudo em questão tem como objetivo geral desvelar os avanços e desafios enfrentados, superados e não superados no serviço de Convivência de Jovens.

Como objetivos específicos foram estabelecidos: caracterizar a realidade dos jovens incluídos no serviço; identificar os desafios enfrentados com relação à dificuldade de motivar os jovens a participarem ativamente do serviço e identificar os avanços obtidos com relação à inserção, reinserção e permanência no sistema educacional, bem como o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a construção da cidadania, ampliação do seu universo informacional, cultural e de pertencimento com vistas à conquista do protagonismo juvenil.

A respeito da pesquisa científica é apontado que:

A pesquisa científica ultrapassa o senso comum, que por si só é uma construção da realidade através do método científico. O método científico permite que a realidade social seja reconstituída enquanto um objeto do conhecimento, através de um processo de caracterização possuidor de características específicas que une dialeticamente o teórico e o empírico.

(TISSATO; SILVA, 2008, p.46 *apud* DESLANDES, 1994, p.35)

O problema central levantado foi: quais os avanços e desafios enfrentados e superados no serviço de Convivência de Jovens no Instituto Núcleo de Apoio sociofamiliar – Parque Jaraguá com relação aos jovens inseridos no mesmo, tendo como objeto de estudo os avanços e desafios enfrentados e superados e não superados no serviço de Convivência de Jovens.

O estudo fundamenta-se na hipótese de que em relação aos avanços o serviço proporcionará a reflexão sobre a importância da inserção, reinserção e permanência no sistema educacional, bem como o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, construção da cidadania, ampliação do seu universo informacional, cultural e de

pertencimento com vistas à conquista de interlocução política e social na perspectiva do protagonismo juvenil. Os desafios referem-se à dificuldade de motivar os jovens a participarem ativamente do serviço, tendo em vista que alguns somente estão participando do curso devido ao receio de não receber o benefício junto ao Bolsa Família e/ou Bolsa Variável Jovem (BVJ).

Foram utilizados estudos bibliográficos, documentais e pesquisa de campo, atendendo as exigências do método dialético. Inicialmente, foi efetuada a pesquisa bibliográfica, possibilitando a construção da fundamentação teórica do trabalho. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de um estudo exploratório sobre os livros e artigos científicos relativos ao tema abordado, tendo como retorno a vantagem da elucidação do investigador para a sucessão de idéias e teorias sobre a temática em questão.

A pesquisa exploratória objetiva favorecer a familiaridade com o problema da pesquisa, visando explicitá-lo.

Isto posto, justifica-se, ainda com o respaldo no método dialético, a preocupação de ser descritiva, analítica e interpretativa, descrevendo e analisando os resultados obtidos junto aos sujeitos pesquisados.

Foram utilizados os métodos qualitativo e quantitativo, havendo a prevalência dos dados subjetivos com a exposição das falas dos sujeitos da pesquisa, apoiada por dados objetivos a respeito do perfil dos sujeitos pesquisados.

O método qualitativo é um estudo não estatístico que identifica e analisa profundamente dados não mensuráveis, como sentimentos, sensações, percepções, comportamentos e motivações de um determinado grupo de indivíduos em relação a um problema específico.

Em relação à abordagem qualitativa, Martinelli (1999, p.25) faz três considerações:

a primeira é quanto ao seu caráter inovador, como pesquisa que se insere na busca de significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais;

a segunda é quanto à dimensão política desse tipo de pesquisa que, como construção coletiva, parte da realidade dos sujeitos e a eles retorna de forma crítica e criativa;

a terceira é que exatamente por ser um exercício político, uma construção coletiva, não se coloca como algo excludente ou

hermético, é uma pesquisa que se realiza pela via da complementaridade, não da exclusão.

Através do uso desse tipo de pesquisa temos o intuito de desvelar os verdadeiros desafios e avanços que ocorreram durante a implantação do serviço por meio do que os envolvidos no mesmo têm a nos dizer e demonstrar.

O método quantitativo é um estudo estatístico que se destina a descrever as características de uma determinada situação, medindo numericamente as hipóteses levantadas a respeito de um problema de pesquisa, confirmando seus dados mensuráveis obtidos numa amostra são estatisticamente válidos para o universo do qual a amostra foi retirada. (TISSATO; SILVA, 2008)

A abordagem quantitativa, quando não exclusiva, serve de fundamento ao conhecimento produzido pela pesquisa qualitativa. Para muitos autores a pesquisa quantitativa não deve ser oposto a pesquisa qualitativa, mais ambas devem sinergicamente convergir na complementaridade mútua (...) (BAPTISTA, 1999, p.34 *apud* TISSATO; SILVA, 2008, p.47)

Diante da colocação dos autores acima, ao utilizar o método qualiquantitativo estaremos enriquecendo a pesquisa e proporcionando conhecimentos diversificados e complementares que viabilizam o alcance dos objetivos esperados.

A escolha dos sujeitos se dará através da amostra probabilística, casual e simples, dando a todos a mesma probabilidade de serem escolhidos para fazerem parte do grupo focal, preenchimento de formulário e da entrevista.

Para coleta de dados utilizou-se do grupo focal e do formulário aplicados aos jovens e da entrevista com os pais e profissionais que trabalham com os adolescentes, predominando os aspectos subjetivos, já que foram coletadas as falas dos sujeitos por meio de questões abertas. A maior dificuldade encontrada foi na realização das entrevistas com os pais dos adolescentes, pois os mesmos tiveram grande dificuldade para se expressarem, já com os adolescentes e profissionais não houve nenhum problema. É relevante destacar que o universo da pesquisa é composto por quarenta adolescentes inseridos no CCJ desde a implantação do mesmo, em fevereiro de 2010, trinta e nove famílias, pois existem irmãos inseridos no serviço e seis

integrantes da equipe que trabalha com esses jovens. O questionário aplicado aos profissionais e o formulário aos adolescentes foram aplicados junto a totalidade dos sujeitos constituindo-se portanto em uma pesquisa censitária. O grupo focal foi realizado com 20% dos adolescentes e a entrevista com 25,64% dos pais.

Por se tratar de uma pesquisa de avaliação de processo revela os avanços e desafios das ações, possibilitando melhoria na metodologia e também a adequação de serviço às necessidades e interesses do público alvo para que os mesmos tenham motivação para continuarem inseridos no mesmo.

Existem três tipos de avaliação de eficiência, também chamada de processo ou monitoramento, que é o caso da pesquisa em questão, de eficácia, que avalia os resultados imediatos da ação e de efetividade, cujo objetivo é avaliar os impactos.

Define-se avaliação:

É a atividade que consiste em fazer julgamento sobre uma intervenção, comparando os recursos empregados e sua organização (estrutura), os serviços e os bens produzidos (processo) e os resultados obtidos, com critérios e normas. (CONTANDRIOPOULOS et al, 1997, p. 37 *apud* DESLANDES, 2009, p. 5).

Essa pesquisa refere-se a uma avaliação de processo, que significa acompanhar, registrar e mensurar as ações tendo em vista corrigir os desvios para o alcance dos objetivos e metas estabelecidas pelo programa.

Após o tratamento dos dados, foi efetuada sua análise e interpretação dos dados, com base na fundamentação teórica. Esse tipo de avaliação observa todos os passos necessários à efetivação da intervenção. Visa verificar a extensão do alcance do programa para a população alvo; monitorar a “dose do programa”, ou seja, a frequência da sua aplicação e a participação dos sujeitos envolvidos nas atividades previstas; avaliar a variabilidade do contexto organizacional ou situacional na qual o programa se implementa; correlacionar a extensão na qual os programas são implementados e as metas propostas e mensurar o seu custo de implementação (DESLANDES, 2009, p. 25).

A apresentação dos dados foi dividida em três eixos, que correspondem aos objetivos traçados: perfil dos adolescentes; desafios enfrentados com relação à dificuldade de motivar os jovens a participarem ativamente do serviço e os avanços obtidos com relação à inserção,

reinserção e permanência no sistema educacional, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e ampliação do universo informacional, cultural e de pertencimento com vistas à perspectiva do protagonismo juvenil, relacionado este último, aos indicadores de avaliação dos objetivos e metas traçados pelo programa.

Por fim, é relevante ressaltar que os depoimentos coletados junto aos adolescentes, profissionais e pais foram de extrema importância para a pesquisa, já que a opinião dos sujeitos é que vão fazer com que o serviço vá se aperfeiçoando para melhor atender os usuários.

3.2 Cenário da Pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada no Núcleo de Apoio Sócio Familiar, situado no Parque Jaraguá na cidade de Bauru. Criado pela Faculdade de Serviço Social de Bauru em 2000 e encampado pela Fundação Toledo em 2005, que é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, fundada no ano de 1966.

A FUNDATO tem como objetivos instituídos no seu estatuto: desenvolver a compreensão dos direitos e deveres do cidadão, família, Estado e grupos que compõe a sociedade; promover aquisição de conhecimento, habilidades e a formação de atitudes e valores; desenvolver o homem ou sua personalidade humana na participação do bem comum para a vida social; preparar o homem enquanto indivíduo para sua melhor compreensão do ambiente natural e social do sistema político e dos valores da sociedade; incentivar o respeito, à igualdade entre os homens, aos princípios de liberdade e aos ideais de solidariedade humana, assim desenvolve programas, projetos e serviços junto aos Institutos sendo: CITE, CIAVI, e os Nafs Jaraguá e Real. Em específico iremos explicar sobre o serviço Centro de Convivência de Jovens que foi implantado pelo Instituto NAF Jaraguá.

O Naf /Jaraguá é um instituto que presta serviços, voltados à população usuária encaminhada pelo CRAS Unidade 9 de Julho, visando à emancipação através de projetos e serviços socioassistenciais: Pronto Atendimento Social - PAS, Centro de Convivência do Idoso - CCI, Centro de Convencia de Jovens - CCJ e

Preparando para o Trabalho e Renda - PTR. O mesmo foi concretizado através de uma parceria realizada entre a Faculdade de Serviço Social e a SEBES a partir de 2001 (Secretaria do Bem Estar Social).

O Instituto tem por finalidade oportunizar as famílias e a comunidade serviços socioassistenciais objetivando a inclusão social e a efetivação da cidadania e viabilizar e proporcionar a emancipação como prevê o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A equipe de serviço social é composta por dois assistentes sociais, sendo uma responsável pelo PTR e pelo CCJ e a outra pelo PAS e pelo CCI e duas estagiárias. É relevante ressaltar que esta equipe trabalha comprometida com o Projeto Ético Político do Serviço Social (PEPSS), que dá embasamento ao profissional para desenvolver ações profissionais de forma ética e responsável para mediação que resultará na efetivação dos direitos sociais da população usuária, bem como na defesa da democracia, da justiça social, da equidade e dignidade enquanto cidadãos de direitos, conforme consta em nosso código de ética profissional.

O objeto do serviço social do Instituto são as expressões da questão social que estão ligadas a famílias em situação de vulnerabilidade social sendo: conflitos familiares, pobreza, desemprego, fome, fragilidade social, falta de qualificação social, miséria, gravidez precoce, analfabetismo funcional, entre outras.

Muitas famílias vivem hoje em condições de miserabilidade devido a insuficiência de renda por não estarem inseridas no mercado de trabalho, seja por falta de qualificação ou baixa escolaridade; sofrem também pela falta de acesso aos serviços básicos e públicos, enfim, vivem em situação de exclusão social.

O serviço social procura desenvolver um trabalho livre de injustiças, discriminações e preconceitos, reconhecendo a liberdade e individualidade de seus usuários e comprometido com a qualidade de seus serviços prestados e é nessa perspectiva crítica que os profissionais trabalham com os adolescentes no CCJ.

Em relação a esse serviço que foi o alvo da pesquisa em questão, sua meta no município de Bauru, de acordo com o projeto Centro de Convivência de Jovens (SEBES, 2010), é de atender 620 jovens nos territórios de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), através de coletivos, constituídos de no mínimo 20 e máximo 30 jovens.

O CCJ tem como meta o atendimento de 40 jovens da região de abrangência do CRAS IX de julho. O coletivo terá duração de até 18 meses e carga horária total de 900 horas,

distribuídas em até 48 semanas no por ano, fazendo uma carga horária semanal média de 12,5 horas, ou 2,5 horas por dia de atividades. O mesmo foi implantado no mês de fevereiro deste ano de 2010 e seu objetivo geral é:

Proporcionar condições de inserção, reinserção e permanência no sistema educacional, bem como o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a construção da cidadania, ampliação do seu universo informacional, cultural e de pertencimento com vistas à conquista de interlocução política e social na perspectiva do protagonismo juvenil.

(SEBES, 2010)

O CCJ busca efetivar esses direitos acionando a rede de serviços sociais do município e parcerias com empresas, de forma a complementar as ações desenvolvidas diretamente pelo NAF, os encontros definidos como espaço de pesquisa, estudo, reflexão, debates, ação, experimentação, a partir dos temas transversais e, também de avaliação e sistematização da participação dos jovens no Serviço Socioeducativo de convívio por meio do Esporte, Lazer, Arte e Cultura; e Oficinas de Formação Técnica Geral, que trata de conhecimentos relativos a qualquer tipo de trabalho.

Por isso, a importância de dar a esses adolescentes perspectivas de futuro, prepará-los para o mercado de trabalho, investindo em seu desenvolvimento e crescimento pessoal, assim como nas suas relações interpessoais e habilidades de comunicação e também dando ênfase no protagonismo juvenil, através do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, possibilita a compreensão sobre o mundo contemporâneo, através da participação cidadã e convivência social com relevância para as transformações societárias ocorridas no mundo do trabalho.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente estudo tem como objeto os avanços e desafios enfrentados, superados e não superados na implantação do serviço de Convivência de Jovens no instituto Núcleo de Apoio Sócio Familiar situado no Parque Jaraguá da Fundação Toledo.

Na formulação do problema levantou-se o seguinte questionamento: quais os avanços e desafios enfrentados, superados e não superados no serviço de Convivência de Jovens no Instituto Núcleo de Apoio sociofamiliar – Parque Jaraguá. Após a elaboração deste questionamento a pesquisa foi direcionada para a verificação da hipótese, utilizando-nos do método qualiquantitativo a fim de desvelar os avanços e desafios enfrentados, superados e não superados no serviço de Convivência de Jovens.

Levantou-se como objetivo geral o desvelamento dos avanços e desafios enfrentados, superados e não superados no Centro de Convivência de Jovens e como objetivos específicos: caracterizar a realidade dos jovens incluídos no serviço; Identificar os desafios enfrentados com relação à dificuldade de motivar os jovens a participarem ativamente do serviço e. Identificar os avanços obtidos com relação à inserção, reinserção e permanência no sistema educacional, bem como fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a construção da cidadania, ampliação do seu universo informacional, cultural e de pertencimento com vistas à conquista de interlocução política e social na perspectiva do protagonismo juvenil. Diante destas considerações, passa-se a apresentar, analisar e interpretar os dados extraídos da pesquisa realizada junto aos participantes do serviço.

4.1 Perfil dos Adolescentes

Nessa parte do estudo será retratado o perfil dos usuários participantes do serviço de Centro de Convivência de Jovens que é destinado a atender adolescentes de 14 a 17 anos, vindos de famílias em situação de vulnerabilidade (são situações originadas da pobreza, fragilização de vínculos ou relacionada aos ciclos de vida, ou seja, idoso, jovem, criança) ou risco social (situações de violação de direitos por vitimização, violência, abandono, deficiência, agressão, entre outros) dando prioridade às que estão inseridas no Programa Bolsa Família e Bolsa Variável Jovem (BVJ – Projovem Adolescente; Adolescentes inseridos no Programa Ação Jovem) apresentado por meio de gráficos e depoimento, que serão interpretados e analisados. Estes dados foram coletados através de um questionário aplicado aos adolescentes no início do curso, deixando claro que esses jovens estão inseridos no curso há oito meses, quando houve a implantação do mesmo no instituto.

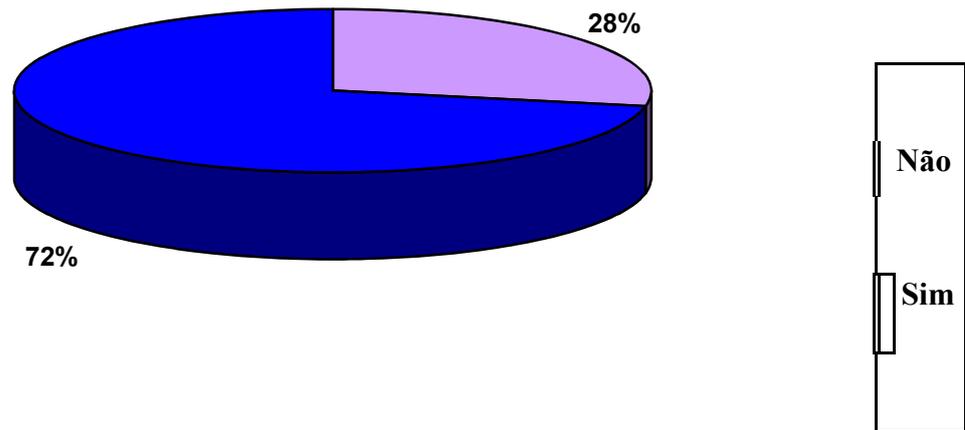


Gráfico 1 - Número de Adolescentes Beneficiários de Programas de Transferência de Renda

Vê-se pelo gráfico que a maioria dos sujeitos da pesquisa (72%) são de famílias beneficiárias de algum tipo de transferência de renda, público alvo prioritário deste serviço de acordo com o estabelecido no Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

(...) temos como público alvo de nosso Serviço, jovens que pessoalmente estão participando devido a obrigatoriedade por estarem cumprindo medidas sócio educativas e/ou pelos pais devido ao receio de perderem algum auxílio financeiro vindo das esferas governamentais; temos jovens em real sofrimento psíquico devido a situações de violência; assim nosso trabalho é bastante árduo no que diz respeito a motivação junto a este público que nos é apresentado. Considero então como maior desafio às condições do público alvo e a situação a que são encaminhados a participarem de nosso Serviço (...)
(sujeito 4, psicóloga)

Tendo em vista que um dos critérios para receber o benefício de transferência de renda Bolsa Família é a família ter a renda per capita de até R\$ 140,00, e o valor recebido varia entre R\$ 22,00 a R\$ 200,00, conforme é definido pelo governo federal, percebe-se que mais da metade dos adolescentes inseridos no Centro de Convivência de Jovens se encontra em situação de vulnerabilidade social o que se constitui um risco para o desenvolvimento desses jovens, pois, pode torná-los vulneráveis a problemas de saúde, dificuldades na escola e na

vida social. A desigualdade social e econômica pode levar também ao desemprego constante, moradia precária, conflitos e violência.

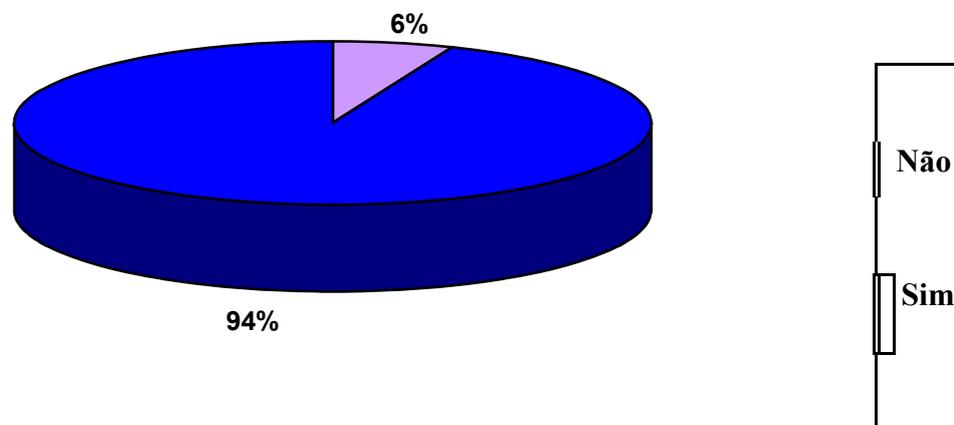


Gráfico 2 - Número de Adolescentes que Frequentam a Escola

Como se constata no Gráfico nº 02 a maioria dos jovens frequentam a escola (94%), pois este é um dos objetivos e prioridades de inserção e participação no Serviço. Porém existem dois jovens que estavam aguardando o próximo período para que sua situação escolar (matricula) e reinserção pudessem ser providenciadas, pois uma das condições para participarem do curso é estarem matriculados na escola, caso contrário eles são desligados automaticamente, perdendo assim os dois benefícios: o Bolsa Família e o BVJ.

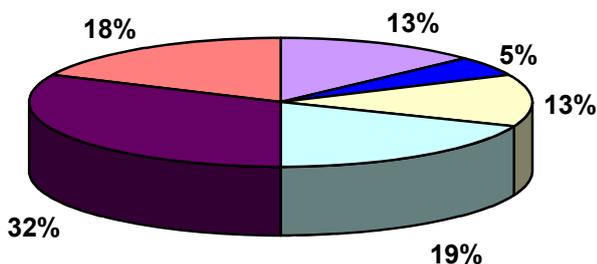
O ECA estabelece como direitos fundamentais o direito à vida, à saúde, à alimentação, **à educação**, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, sendo que é dever da família, da comunidade, da sociedade e o Estado assegurar, como diz o artigo 4º do ECA, com absoluta prioridade, a efetivação desses direitos.

O Brasil se atrasou, historicamente, em relação a outros países que ou já tinham feito seu dever de casa na matéria há muito tempo - como os EUA - ou se dedicaram intensamente à educação nas últimas décadas - com destaque para alguns asiáticos: Barbosa Filho e Pessoa (2009) mostram que no começo da década atual, o número médio de escolaridade da população economicamente ativa dos países de língua inglesa, com destaque para os EUA, era o dobro em relação ao Brasil. O professor F. Veloso, complementa essa informação, decompondo o dado do percentual da população com 25 anos ou mais de idade com ensino médio completo. No conjunto da população, o indicador já é constrangedor: enquanto apenas

30% da população adulta têm ensino médio completo no Brasil, o percentual atinge níveis de 80% a 90% na Alemanha ou os EUA.

Porém, é no avanço ao longo do tempo que se nota mais atraso relativo, quando se comparam os percentuais daqueles que concluíram o ensino médio entre grupos populacionais específicos. Uma medida é comparar esse indicador para dois grupos etários: o de 25 a 34 anos e o de 55 a 64 anos. Aquele indica qual o grau de educação dos jovens, enquanto que o último mostra a fotografia do grupo que foi jovem três décadas antes. É uma forma de medir o progresso de um país entre gerações. Veja-se o que aconteceu com a Espanha: no grupo de 55 até 64 anos, apenas 27% têm ensino médio completo, mas entre os mais jovens, o percentual atinge 64%. Não é à toa que a Espanha de hoje é apenas uma pálida lembrança do país dos anos 70. No Chile - que experimentou grandes progressos nos últimos 30 anos - tais percentuais são de 32% e 64%, respectivamente. E o que mais impressiona: não apenas os mais idosos da Coreia do Sul têm níveis de educação similares aos dos jovens do Brasil de hoje, o percentual de jovens que concluiu o ensino médio na Coreia atingiu incríveis 97%. (GIAMBIAGI, 2010)

A educação, hoje é de extrema importância para todos, não só porque o mercado de trabalho exige um profissional cada vez mais qualificado e valoriza muito o conhecimento dos mesmos, mas pelo fato do conhecimento ser requisito fundamental para o desenvolvimento da autonomia e conquista da cidadania. Então, o resultado da pesquisa feita com os adolescentes foi muito satisfatória, comparando-se com os dados que indicam que grande parte da população brasileira tem baixa escolaridade. Levantou-se também junto aos jovens quais suas expectativas em relação ao aprendizado:



Não respondeu

Retirar Jovens das Ruas

Amizades e Passeios

Cursos

Profissionalizantes e

Empregos

Aprender

Gráfico 3 - Expectativas dos Jovens em relação ao CCJ

Através deste gráfico fica evidenciado que 32% dos jovens têm expectativas de aprender, ou seja, adquirir conhecimento participando do serviço, seguido de 19% dos que buscam a inserção no Mercado de Trabalho e que acham que será uma experiência boa estar presente aos encontros, bem como destacando 13% que buscam fazer amizades junto aos participantes do mesmo.

Quando a comunidade oferece serviços públicos de qualidade como creches, escolas, postos de saúde, segurança e habitação ela também oferece proteção às suas crianças e adolescentes. Infelizmente, na realidade brasileira, especialmente nas áreas mais vulneráveis, essa capacidade de proteger ainda está longe se concretizar. (ASSIS, 2005, p. 29) No entanto, existem serviços sócioassistenciais como, por exemplo, o CCJ que tem como um dos seus objetivos o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, para que os jovens tenham melhor qualidade de vida e para que seus direitos sejam efetivados, alcançando o protagonismo juvenil, a criticidade e a autonomia para que consigam se tornarem adultos com expectativas melhores para seus futuros.

Frente a esse contexto, podemos constatar que os adolescentes pesquisados têm expectativas de terem um futuro melhor, conseguir um trabalho digno, se inserir em cursos profissionalizantes, entre outras coisas, e o Serviço Centro de Convivência de Jovens atua como respaldo que essas expectativas sejam alcançadas.

Esses sujeitos são jovens que vivem em sua maioria (72%) com uma renda per capita de até R\$ 140,00 mensais, e recebem algum benefício de Transferência de Renda, têm entre 14 e 17 anos, desses jovens, 94% freqüentam a escola e em sua maioria estão inseridos no CCJ por que têm expectativas de aprendizado.

Diante do exposto, podemos constatar que a maioria dos jovens pesquisados são de camada popular, que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade social e o Centro de Convivência de Jovens atua para que haja mudanças neste perfil.

4.2 Desafios enfrentados com relação à dificuldade de motivar os jovens a participarem ativamente do serviço.

Os desafios enfrentados pelos profissionais que trabalham com adolescentes são inúmeros, começando pelo fato de serem adolescentes, pois, é uma etapa de transição entre a infância e a juventude, uma fase muito importante do desenvolvimento, com características muito próprias, que levará a criança a tornar-se um adulto. As mudanças corporais são universais. A característica mais visível é o acentuado desenvolvimento físico com fortes transformações internas e externas e também ocorrem mudanças nos campos intelectual e afetivo. A sociabilidade também é maior, embora a insegurança seja muito grande, há uma busca de identidade, para qual o jovem necessita de um tempo, pois acarreta angústias, dificuldades de relacionamento e medo. Há também um crescente interesse pelas coisas que ocorrem no mundo e é comum o surgimento de preocupações sociais.

“Em termos gerais, ser jovem é condição social com qualidades específicas e que se manifesta de diferentes maneiras, segundo características históricas e sociais”. (PNJ, 2006)

Tendo em vista que os jovens inseridos no CCJ, em sua maioria, se encontram em situação de vulnerabilidade social, como foi exposto no gráfico 02, onde pode ser observado que 72% dos mesmos recebem o Bolsa Família, esta situação pode afetar a qualidade de vida desses adolescentes, pois a formação do adulto de “amanhã” depende de como foi e desenvolvimento do mesmo na infância e adolescência.

Através dos dados coletados junto aos profissionais que trabalham com esses adolescentes pode-se identificar que existem dois desafios mais significativos enfrentados por esses profissionais. O primeiro refere-se ao público alvo atendido pelo serviço e a vinculação do mesmo aos benefícios, como pode se observar através dos depoimentos apresentados a seguir:

O maior desafio que encontramos enquanto psicólogos diante de grupos de trabalho como CCIJ e CCJ, é auxiliar o adolescente a investir na sua formação visando resultados em longo prazo, uma vez que a visão da sociedade hoje é muito imediatista. Para trabalhar a motivação dos adolescentes, é necessário compreender a realidade em que ele está inserido para a partir dela, delimitar qual é a importância destes cursos (CCIJ e CCJ) na vida deles e quais serão os ganhos (...) (sujeito 6, psicóloga)

O grande desafio ainda enfrentado no Centro de Convivência de Jovens é a vinculação dos benefícios de transferência de renda à participação nos cursos por imposição da família, pois, se o adolescente não tiver frequência no curso e na escola o benefício é bloqueado. Também tem a preferência da família e dos adolescentes por cursos de qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho que a médio e longo prazo será de grande ajuda para o sustento da família. (sujeito 7, assistente social)

Como se pode constatar pelos depoimentos dos profissionais, percebe-se claramente que a motivação dos adolescentes a participarem do CCJ é dificultada pelas expectativas que os mesmos têm em relação ao serviço, referem muito mais a inserção no mercado de trabalho do que ao desenvolvimento de sua autonomia e emancipação. Existem também as expectativas dos pais, que é a de não perderem o benefício, então, os mesmos não estão participando com o objetivo de transformar sua realidade, mais somente para poder receber o benefício e serem inseridos no mercado de trabalho.

Diante desta realidade, constatamos que para trabalhar a motivação desses adolescentes é necessário descobrir qual o real valor das atividades para eles, que a atividade satisfaça suas expectativas, sendo necessário que o profissional atue de modo a despertar tal interesse, em uma linguagem facilitadora, se preocupando sempre se está conseguindo alcançar seus objetivos. Para tal dimensão vemos quão importante são as capacitações e especializações para os profissionais, de forma a estimulá-los a vencer as dificuldades e auxiliá-los nas estratégias necessárias para seu trabalho, demonstrando as possibilidades que permeiam seu futuro. É muito importante conhecer o grupo em que se atua e trabalhar de

forma a proporcionar que eles re-signifiquem suas vidas resgatando valores distanciados do momento histórico que a sociedade presencia através do conhecimento da realidade em que os mesmos estão inseridos para poder intervir de forma correta e adaptar a metodologia utilizada com o grupo.

O ECA estabelece como direitos fundamentais o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, sendo que é dever da família, da comunidade, da sociedade, cabendo ao Estado assegurar, como diz o artigo 4º do ECA, com absoluta prioridade, a efetivação desses direitos.

Sendo assim, os profissionais vêm duas principais dificuldades: o motivo pelo qual esses jovens se inserem no CCJ e a dificuldade que os profissionais têm em conhecer a realidade dos mesmos. Estes são os dois grandes desafios para os profissionais no sentido de buscarem estratégias para motivá-los a participem ativamente do serviço e lutarem pela efetivação de seus direitos, alcançando o protagonismo juvenil, a criticidade e a autonomia para que consigam se tornarem adultos com expectativas melhores para seus futuros.

4.3 Avanços obtidos com relação à inserção, reinserção e permanência no sistema educacional

A educação tem influência direta na vida profissional do jovem. Dependendo da escola em que o adolescente estuda, ela terá uma bagagem maior de informação, proporcionando as melhores chances de inserção no mercado de trabalho. No entanto, a escola pública brasileira hoje, não tem possibilitado uma educação de qualidade, muito menos qualificando o jovem para o mercado de trabalho, o qual exige conhecimentos específicos e seja atualizado, dinâmico, tenha criticidade, entre outros, estando longe de cumprir o que determina a Constituição Federal a respeito:

A educação, direito e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 205)

Através dos dados coletados junto aos jovens que estão inseridos em relação às mudanças na escola e na sua vida profissional, percebe-se que após o início do curso eles se motivaram mais na escola, prestam mais a atenção, tiram melhores notas e não faltam. Em relação à área profissional, eles esperam um futuro melhor, revelando que na opinião deles, por meio dos conhecimentos que são construídos durante o curso eles vão ter a oportunidade de conseguirem um emprego melhor, e conseqüentemente um futuro melhor como pode se observar através dos depoimentos apresentados a seguir:

Na escola melhorou tudo, estou tendo melhores notas, não estou faltando mais. (sujeito 10, adolescente, masculino)

Eu mudei muito, eu não conseguia prestar a atenção, não conseguia entender o que os professores falavam, agora presto mais a atenção, quando eu não entendo a matéria agora eu tiro as dúvidas com os professores. (sujeito 12, adolescente, feminino)

Eu mudei muito meu comportamento porque eu não entendia nada o que os professores falavam, eu não prestava a atenção, agora, muitas coisas eu aprendo aqui, quando os professores vão dar a matéria eu já sei. (sujeito 16, adolescente, feminino)

Melhorou, as notas aumentaram, principalmente em história que eu tinha mais dificuldades, estou conseguindo prestar mais atenção e aprender mais. (sujeito 11, adolescente, masculino)

(...) aqui aprendo muitas coisas novas o curso me prepara para o mercado de trabalho. (sujeito 10, adolescente, masculino)

(...) acho que em questão de me relacionar com as pessoas, pois assim facilitará muito para eu poder fazer uma entrevista de emprego. (sujeito 13, adolescente, masculino)

(...) na vida profissional, como todo mundo sonha com um futuro melhor, ter condições de ter um emprego descente, o curso com certeza vai ajudar e muito. (sujeito 16, adolescente, feminino)

(...) na profissional, pelo que aprendemos no curso irá nos ajudar a conseguir um bom emprego. (sujeito 17, adolescente, feminino)

Como pode se constatar pelos depoimentos dos jovens, eles freqüentavam a escola, mas não prestavam atenção e não tinham um comportamento compatível ao necessário para a aprendizagem em sala de aula.

Essa mudança de atitude dos adolescentes ocorreu por vários motivos: no início do curso foram determinadas às regras de convivência do grupo, as mesmas foram criadas em conjunto entre profissionais/adolescentes, portanto, eles seguem essas regras não só no CCJ, mas na escola e em suas casas. Nas atividades realizadas com os jovens estimula-se a colocação das idéias dos mesmos aos colegas e isso contribui muito para que eles consigam se expressar melhor e desenvolvam a capacidade da convivência. Por último, através do conteúdo que é discutido sobre o mercado de trabalho, deixa-se bem claro aos mesmos a importância dos estudos, e que para se conseguir um bom emprego o adolescente tem de desenvolver sua capacidade de refletir, de decidir, sua criticidade, sua autonomia, caso contrário ele dificilmente conseguirá um bom emprego. Como será exposto no item seguinte, a maioria colocou como principal objetivo de suas vidas conseguir um bom emprego, eles estão valorizando mais a escola para poder assim alcançar seus objetivos com mais facilidade.

Percebe-se claramente a motivação que ganharam não só por freqüentar com mais assiduidade às aulas e estudar, melhorando seu desempenho, como a continuar a estudar no futuro.

Vivemos uma época de tangível sentimento de falta de sentido. Importa, sobretudo em nosso tempo, que a educação não se limita a transmitir conhecimento, mas dedique seus cuidados ao refinamento de consciência, a fim de que o homem adquira acuidade suficiente para perceber em cada situação correta o desafio da exigência nela presente. (TISATTO; SILVA, 2008 *apud* COVERLY, 1989, p.36)

Diante desta realidade, constatamos a importância da escola no cotidiano do adolescente, não só como forma de aprendizagem e preparo para o exercício da cidadania, mas também como preparação para inserção no mercado de trabalho e o Centro de Convivência está motivando os mesmos a frequentá-la com dedicação.

Fica claro através dos depoimentos dos jovens que eles estão dando um valor diferente a escola, estão tendo uma atitude melhor em sala de aula, estão tirando melhores notas, se aplicando mais. Tudo por um simples objetivo: mudar a realidade em que eles vivem através da inserção no mercado de trabalho em um futuro próximo.

4.3.1 Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários

O direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária está relacionado à inclusão social de suas famílias. O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícito no artigo 226 da Constituição Federal do Brasil, na Convenção sobre os Direitos da Criança, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Assistência Social e na Declaração dos Direitos Humanos.

A família é compreendida como um grupo de pessoas com laços de consangüinidade, de aliança, de afinidade, de afetividade ou de solidariedade, cujos vínculos circunscrevem obrigações recíprocas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero. Arranjos familiares diversos devem ser respeitados e reconhecidos como potencialmente capazes de realizar as funções de proteção e de socialização de suas crianças e adolescentes.

Sendo assim, “a família, independente de seu formato, é a mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade e geradora de modalidades comunitárias de vida”. Portanto, diante de situações de risco social e vulnerabilidades vividas pelas famílias brasileiras, principalmente por pressões geradas pelos processos de exclusão social e cultural, elas precisam ser apoiadas pelo Estado e pela sociedade, para que possam cumprir suas responsabilidades. Esse apoio visa à superação de vulnerabilidades e riscos vividos por cada família, favorecendo e ampliando os recursos socioculturais, materiais, simbólicos e afetivos que contribuem para o fortalecimento desses vínculos. Diante disso, a centralidade da família no âmbito das políticas públicas se constitui em importante mecanismo para a efetiva garantia do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.

Durante a infância e a adolescência o desenvolvimento é continuamente influenciado pelo contexto no qual a criança e adolescente estão inseridos. A partir da relação com colegas, professores, vizinhos e outras famílias, bem como da utilização das ruas, quadras, praças, escolas, igrejas, postos de saúde e outros, crianças e adolescentes interagem e formam seus próprios grupos de relacionamento. Na relação com a comunidade, as instituições e os espaços sociais, eles se deparam com o coletivo – papéis sociais, regras, leis, valores, cultura, crenças e tradições transmitidas de geração a geração – expressam sua individualidade e encontram importantes recursos para seu desenvolvimento (NASCIUTI, 1996, p.21).

No Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária que teve início em 2004, detalha bem como se deve atuar em diferentes situações que envolvem famílias com crianças e adolescentes que sofrem com as mais diversas expressões da questão social, e algumas delas se enquadram com o público alvo do CCJ:

Do ponto de vista do direito à convivência familiar e comunitária, as medidas socioeducativas restritivas da liberdade impõem, obviamente, limites à convivência cotidiana dos adolescentes com suas famílias e comunidades, o que não significa excluir a família do processo pedagógico empreendido pelos adolescentes. A participação ativa da família e da comunidade na experiência socioeducativa é, inclusive, uma das diretrizes pedagógicas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), aprovado pelo CONANDA em junho de 2006. Segundo o próprio texto do SINASE 63, “as práticas sociais devem oferecer condições reais, por meio de ações e atividades programáticas à participação ativa e qualitativa da família no processo socioeducativo, possibilitando o fortalecimento dos vínculos e a inclusão dos adolescentes no ambiente familiar e comunitário. As ações e atividades devem ser programadas a partir da realidade familiar e comunitária dos adolescentes para que em conjunto – programa de atendimento, adolescentes e familiares – possam encontrar respostas e soluções mais aproximadas de suas reais necessidades”.

Os adolescentes que estão em liberdade assistida fazem parte do público alvo do serviço de Centro de Convivência, os mesmos já cumpriram um período em medidas socioeducativas restritivas de liberdade e hoje estão sendo preparados para serem re-inseridos na sociedade.

A exploração sexual de crianças e de adolescentes deve ser analisada como um problema social de múltiplas faces que deve ser combatido através de uma rede especializada no atendimento às crianças, adolescentes e famílias vitimizadas, através de campanhas de prevenção e de recepção e encaminhamento de denúncias bem como da capacitação dos agentes participantes do Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Foram criados programas e foram desenvolvidas ações nestas frentes, como por exemplo, o Serviço de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, oferecidos no CREAS – que atende crianças, adolescentes e suas famílias. (PNCFC, 2004)

Os egressos ou vinculados a programas e serviços de combate ao abuso e à exploração sexual também fazem parte do público alvo do CCJ.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo e de difícil enfrentamento, inserido num contexto histórico-social de violência endêmica e com profundas raízes culturais. Foi apenas na década de 90, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que esses passaram no Brasil a ser juridicamente considerados sujeitos de direitos, e não menores incapazes, objetos de tutela, de obediência e de submissão. Essa ruptura com antigos padrões societários representa um importante avanço civilizatório – o dos direitos humanos. A construção de novas relações adultos/jovens, baseada em relações afetivas, de proteção e de socialização, implica em denúncia e responsabilização dos violadores desses direitos e jovens que estejam em situação de abrigo, e em acompanhamento pelo Programa Resgate de Convivência Familiar e Comunitária.

A Política Nacional de Assistência Social (2004) instituiu a proteção social de Assistência Social, a qual se organiza em básica e especial. A proteção social básica tem por objetivo:

Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros), e ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outros). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos.

Todos os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica terão de se articular com as outras políticas públicas do município, para que possam garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma que os mesmos possam superar as condições de vulnerabilidade e prevenir as situações de risco. Também estarão articulados aos serviços de proteção especial, garantindo a efetivação dos encaminhamentos necessários.

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços socioassistenciais, são serviços da proteção social básica: Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (serviços para crianças de até 06 anos, serviço para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e serviços para idosos) e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idoso.

O Centro de Convivência de Jovens é um serviço da rede de proteção social básica e um dos objetivos do mesmo é o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Segundo o ECA, art. 19:

Toda a criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada à convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

O diálogo aberto, a compreensão, o respeito pela individualidade de cada um, a transmissão de valores sólidos e o limite na medida certa são, sem dúvida, ingredientes que

fazem à diferença. A família e a sociedade têm como função passar aos adolescentes a importância de lutar pelos objetivos e ideais e que sempre se deve investir no trabalho digno, honesto, que possa levar a uma realização pessoal e profissional.

Através dos depoimentos colhidos com os pais dos adolescentes, a inserção dos adolescentes no serviço provocou o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários:

Mudou bastante. Antes ela não aceitava o padrasto, agora ela chega comentando tudo que ela aprende no curso e na escola, e ele como é muito prestativo escuta tudo que ela fala e ajuda nas dúvidas que ela tem. (sujeito 6, feminino)

Ela está se comportando melhor, ela é muito educada, me ajuda a fazer comida, ela não dá trabalho nenhum. Hoje mesmo pra eu poder vir à reunião ela ficou cuidando do sobrinho em casa. (sujeito 7, feminino)

Houve, ela era desobediente, respondia e agora ela está muito diferente. (sujeito 9, feminino)

Ela reclama muito do asfalto, pois, moramos em uma rua de terra e ela reclama muito em dia de chuva. Acredito que ela tenha conhecimento dos direitos que tem. (sujeito 4, feminino)

A gente mora em uma rua de terra e depois que ela começou a participar do curso que ela aprendeu que é direito dela o asfalto, ela não quer mais morar naquela casa, ela quer se mudar para uma que a rua seja asfaltada, porque é mais fácil mudar de casa do que o asfalto chegar até lá, mais se Deus quiser um dia chega. (sujeito 6, feminino)

Sim, ela até participou de uma reunião de Conselho que houve um debate sobre a falta de asfalto. (sujeito 9, feminino)

O vínculo é um aspecto fundamental na condição humana e particularidade essencial ao desenvolvimento. Isso ocorre desde quando uma criança nasce. A criança não é um organismo capaz de vida independente, necessitando sempre de uma instituição social especial que a ajude durante o período de imaturidade. O mesmo ocorre com o adolescente, neste sentido a família tem dupla função no seu papel estruturador. Primeiramente, na satisfação de necessidades básicas, como alimentação, abrigo e proteção; em segundo lugar proporcionando-lhes um ambiente no qual possa desenvolver ao máximo suas habilidades físicas, sociais e mentais. O vínculo comunitário também é muito importante, pois, é quando as crianças e adolescentes começam a ter contato com outras pessoas e com pensamentos e atitudes diferentes que tiveram contato em suas famílias. É a partir dos vínculos familiares e comunitários que as crianças e adolescentes vão amadurecendo para se transformarem em adultos conscientes, que visam transformação em sua realidade, ou então, se esses vínculos desde crianças já vieram fragilizados as conseqüências são diferentes.

A fase da adolescência é marcada por mudanças biológicas e emocionais, tornando-se de extrema importância aos adolescentes terem consigo um referencial em quem possam se identificar e conversar.

Em todas as falas dos sujeitos, ficou claro o amadurecimento do jovem com relação à família e com a comunidade, diante desta nova realidade encontramos a importância da família no ser pessoal e social e dos novos conhecimentos sobre seus direitos e a preocupação com a comunidade.

Concluindo, os adolescentes que fazem parte do Serviço Centro de Convivência de Jovens obtiveram uma mudança significativa com relação à sua família, a comunidade e principalmente a si próprio, deixando claro, a eficácia deste serviço e a atitude destes adolescentes de buscarem estas mudanças em relação ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

4.3.2 Ampliação do universo informacional, cultural e de pertencimento com vistas à perspectiva do protagonismo juvenil.

Entre os objetivos específicos do projeto do CCJ está o de contribuir para a ampliação das oportunidades de acesso e fruição da cultura, esporte e lazer. Esses são direitos dos adolescentes, garantidos pelo artigo 4º do ECA:

É dever da família, da comunidade, da sociedade geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, **ao esporte, ao lazer**, à profissionalização, **à cultura**, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

A cultura oferece a perspectiva de que a “leitura do mundo” e a trama para “novos mundos” são possibilidades reais, se ajudarmos na elaboração do “mapa cultural”. Integram-se assim, saberes comunitários, saberes científicos e técnicos e sensibilidades distintas, promovendo articulações sociais dispostas a agir para a transformação da realidade. É exatamente nesses sentidos de convivência coletiva com a diversidade e participação social proativa que a cultura, como temática fundamental dentro da metodologia do serviço junto ao esporte e ao lazer.

O esporte e o lazer, nas ações socioeducativas com a juventude, constituem uma importante ferramenta para trabalhar valores e debater aspectos muito presentes em nossa sociedade, como a competição e o individualismo exacerbados, ou a supervalorização da técnica, para tomarmos aqui apenas alguns exemplos. É importante, também, por permitir o (re)conhecimento das contradições internas presentes no esporte e no lazer, a ponto de transformá-las a favor dos jovens e do Coletivo, permitindo, com isso, a exteriorização de sentimentos de ludicidade. O desenvolvimento de tais práticas requer uma reflexão que provoque ações capazes de (re)significar os conceitos apreendidos, demanda a construção de um ambiente que destaque a inclusão mais que a exclusão, a auto-organização coletiva, a elaboração de regras, tudo isso tendo como instrumento de ação os conhecimentos próprios de cada uma das manifestações corporais. É através destes conhecimentos vivenciados nos diferentes espaços e equipamentos de lazer e esporte, que a sociabilidade entre os jovens, seus familiares e responsáveis e a comunidade se estabelece de forma ainda mais ativa. Quando o jovem, em seu tempo livre, busca uma atividade esportiva, tem condições de desenvolver, nas relações interpessoais, a capacidade de ouvir o companheiro, de expressar, de respeitar o outro em suas diferenças, de organizar-se, de mediar conflitos e de negociar interesses.

Através dos dados coletados junto aos adolescentes que estão inseridos no CCJ e seus pais, conclui-se que esse objetivo do serviço está sendo alcançado, pois, a grande maioria relatou que após a inserção no curso começaram a ter acesso a esses direitos:

Ele não gosta muito de praticar esportes, cultura e lazer ele teve acesso através dos passeios que houve no grupo. (sujeito 3, feminino)

Bastante, com a participação nesse curso ela participa de muitos passeios que envolvem cultura, lazer, esporte e meio ambiente. Quando entregam a autorização de algum passeio para assinar, enquanto eu não assino, ela não dá sossego. (sujeito 6, feminino)

Sim, após os passeios relacionados a esporte e lazer que ela participou aqui ela mudou até na escola, pois, ela não gostava das aulas de educação física e agora ela participa e adora. (sujeito 9, feminino)

Um exemplo foi hoje que tivemos a palestra que falou sobre os direitos que nós temos, sobre o CRAS, os benefícios que temos direitos e como podemos ter acesso a eles. (sujeito 10, adolescente, masculino)

Fomos ao zoológico, ao teatro, tivemos muitas palestras que nos deram muitas informações, fomos ao campinho aqui perto jogar futebol e vôlei. (sujeito 12, adolescente, feminino)

Percebe-se claramente a motivação que os adolescentes têm quando lhes é proporcionado o acesso a esses direitos, pois, na realidade em que vivem, no bairro, não tem nem lugar para que eles possam ter momentos de lazer.

Concluimos então que primeiro ano do Centro de Convivência de Jovens deparou-se com alguns desafios, mais por outro lado, seus objetivos estão sendo atingidos, já que o acesso aos direitos, à inserção, reinserção e permanência no sistema educacional, bem como o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a construção da cidadania, ampliação do seu universo informacional, cultural e de pertencimento com vistas à conquista de interlocução política e social na perspectiva do protagonismo juvenil.

Os resultados são de total aceitação do curso, todos os adolescentes pesquisados tiveram um bom aproveitamento escolar e incentivo para continuarem estudando, a maioria teve mudança significativa no ambiente familiar, pensam em seus direitos, se preocupam com

a comunidade e o principal, querem transformar sua realidade e já estão sendo preparados para isso.

5 CONCLUSÃO

A falta de políticas públicas de qualidade na comunidade como creches, escolas, postos de saúde, entre outras, resultam na falta de proteção das crianças e adolescentes e agravam a situação de pobreza e vulnerabilidade social das populações.

Devido à falta dessas políticas ocorre uma reação em cadeia: a Política da Educação não oferece um ensino de qualidade, sendo assim, fica mais difícil para esses jovens conseguirem um emprego porque hoje o mercado de trabalho exige qualificação; devido à situação de pobreza esses adolescentes não têm acesso ao esporte, lazer e cultura, e em algumas situações os mesmos param de estudar para trabalhar, pois, precisam ajudar na subsistência de suas famílias, e assim não há transformação na realidade desses jovens e o ciclo continua.

No entanto, existem serviços socioassistenciais como, por exemplo, o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvido no Centro de Convivência de Jovens operado pelo Núcleo de Apoio Sócio Familiar da Fundato que tem objetivo geral proporcionar condições de inserção, reinserção e permanência no sistema educacional, bem como o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a construção da cidadania, ampliação de seu universo informacional, cultural e de pertencimento para que os jovens tenham melhor qualidade de vida e para que seus direitos sejam efetivados, alcançando o protagonismo juvenil, a criticidade e a autonomia para que consigam se tornarem adultos com expectativas melhores para seus futuros.

Esta pesquisa possibilitou um estudo sobre os resultados obtidos já no primeiro ano de implantação do serviço junto aos adolescentes, pais e profissionais em vários aspectos ligados ao objetivo do mesmo, permitindo que os avanços sejam detectados e os desafios sejam superados e/ou modificados, pois, o instituto busca oferecer serviços de qualidade e efetivos aos seus usuários, para que tenham seus direitos efetivados e desenvolvam um processo de construção de sua cidadania e emancipação.

A hipótese do estudo consiste em detectar se os avanços do serviço proporcionarão a reflexão sobre a importância da inserção, reinserção e permanência no sistema educacional, bem como o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, construção da cidadania, ampliação do seu universo informacional, cultural e de pertencimento com vistas à conquista de interlocução política e social na perspectiva do protagonismo juvenil. Os desafios referem-se à dificuldade de motivar os jovens a participarem ativamente do serviço, tendo em vista que alguns somente estão participando do curso devido ao receio de não receber o benefício junto ao Bolsa Família e/ou Bolsa Variável Jovem (BVJ).

Este estudo teve como objetivos específicos caracterizar a realidade dos jovens incluídos no serviço; identificar os desafios enfrentados com relação à dificuldade de motivar os jovens a participarem ativamente do serviço e identificar os avanços obtidos com relação à inserção, reinserção e permanência no sistema educacional, bem como o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a construção da cidadania, ampliação do seu universo informacional, cultural e de pertencimento com vistas à conquista do protagonismo juvenil e como objetivo geral desvelar os avanços e desafios enfrentados, superados e não superados no serviço de Convivência de Jovens e os resultados da análise dos dados serão descritos abaixo:

Podemos constatar que os perfis dos adolescentes participantes do curso estão inseridos na camada popular, que vivem em situação de vulnerabilidade social principalmente pela pobreza e o Centro de Convivência de Jovens atua para que haja mudanças neste perfil.

Percebeu-se também, de acordo com os relatos dos pais e adolescentes, que após a inserção dos jovens no serviço houve melhoria na relação familiar, na escola e nos aspectos interpessoais. Os mesmos estão tendo mais consciência sobre seus direitos e se preocupando mais com sua comunidade e houve também o aumento da viabilização dos direitos desses adolescentes devido às atividades realizadas no curso.

Em relação ao último objetivo específico os profissionais vêm duas principais dificuldades: o motivo pelo qual esses jovens se inserem no CCJ e a dificuldade que os profissionais têm em conhecer a realidade dos mesmos. Estes são os dois grandes desafios para os profissionais no sentido de buscarem estratégias para motivá-los a participem ativamente do serviço e lutarem pela efetivação de seus direitos, alcançando o protagonismo juvenil, a criticidade e a autonomia para que consigam se tornarem adultos com expectativas melhores para seus futuros.

Quanto ao objetivo geral, os resultados da implantação do serviço proporcionaram a efetivação de direitos e satisfação dos adolescentes, sua família e para alguns dos

profissionais, visto que 12 adolescentes que participaram da coleta de dados mostraram que houve mudanças em suas realidade e 8 de 10 pais perceberam essas transformações no comportamento de seus filhos, no desempenho escolar, na relação com a familiar, maior participação na comunidade e interesse em aprender visando transformar sua realidade, como pessoas capazes e eficientes dentro do contexto em que estão inseridos.

Cabe ressaltar que o instituto tem como base para todas as atividades o trabalho da equipe de Serviço Social de forma interdisciplinar, a qual um trabalho efetivo porque consegue articular uma rede de serviços valendo-se de encaminhamentos e parcerias.

Concluimos através dos depoimentos dos jovens que eles demonstram abertura, vontade de aprender, crescer e lutar pela transformação de sua realidade. Notamos também que após a inserção neste curso eles se tornaram mais seguros, mais responsáveis e dispostos a melhorarem de vida, tiveram acesso a seus direitos e agora se interessam pelos problemas de sua comunidade.

Mesmo com esses resultados positivos existem alguns aspectos a serem melhorados, como articular uma estratégia para conhecer melhor a realidade dos adolescentes e descobrir em que eles têm interesse, podendo descobrir suas potencialidades e os motivando a participarem ativamente do curso, de acordo com os depoimentos dos profissionais. Cabe elucidar que a hipótese apresentada foi comprovada, pois através da análise foi possível constatar que os adolescentes e pais entrevistados apresentaram muitas transformações, mas os profissionais ainda encontram muitos desafios em relação à motivação dos mesmos, pois alguns adolescentes participam do serviço muito mais para receberem os benefícios de transferência de renda do que para participar ativamente do curso de forma que seus direitos sejam garantidos e possibilite transformação em sua realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, G. S. **Encarando os desafios da vida:** uma conversa com adolescentes. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/CLAVES/CNPq. 2005.

BRASIL, CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislação Brasileira para o Serviço Social.** São Paulo, p. 22-39.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 2009.

BRASIL. **ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990.

BRASIL. **LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social**. 1993.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Traçado Metodológico. **Caderno PróJovem Adolescente: Serviço Socioeducativo**. Brasília, nº 02.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Percurso Socioeducativo I - Criação do Coletivo. **Caderno do Orientador Social - Ciclo I**. Brasília, nº 03, p 34-48.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Percurso Socioeducativo I – Criação do Coletivo. **Caderno do Orientador Social – Ciclo I**. Brasília, nº 03, p. 21-22.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Percurso Socioeducativo II – Consolidação do Coletivo. **Caderno do Orientador Social – Ciclo I**. Brasília, nº 04, p. 21-22.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Percurso Socioeducativo III – Coletivo Pesquisador. **Caderno do Orientador Social – Ciclo I**. Brasília, nº 05, p. 21-22.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Percurso Socioeducativo IV – Coletivo Questionador. **Caderno do Orientador Social – Ciclo I**. Brasília, nº 06, p. 23.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Percurso Socioeducativo V – Coletivo Aticulador-Realizador: Participação Cidadã. **Caderno do Orientador Social – Ciclo II**. Brasília, nº 07, p. 29.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **O que é o Programa Bolsa Família?** Brasília, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **O que é Bolsa Variável Jovem?** Brasília, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos.** – Brasília-DF: Conanda, 2006, p. 50 a 56.

BRASIL. SUAS – Sistema Único da Assistência Social, 2004.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante-Juvenil.** Brasília, 2002.

CARVAJAL, G. **Tornar-se Adolescente:** a aventura de uma metamorfose. São Paulo: Cortez, p. 29-30, 1998.

DESLANDES, F. S. **Avaliação.** Brasília: FIOCRUZ, 2009, p. 5-25.

FONTANA, Maria Inês. **Apostila de Seminários Temáticos do Trabalho Profissional – Criança e Adolescente.** Instituto Toledo de Ensino de Bauru, 2010, p. 4-6.

FONTANA, M. I. **Apostila de Pesquisa em Serviço Social II.** Instituição Toledo de Ensino de Bauru, 2009, 60 p.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa Qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999, 143 p.

MUNIZ, E. Avaliação de Projetos Sociais. In **Apostila de Gestão Social II.** Instituição Toledo de Ensino de Bauru, 2010, p. 61-89.

ROCHA, T. A. **A Importância da cultura no resgate da cidadania de crianças e adolescentes.** Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto Toledo de Ensino, Bauru, 2007. p. 21.

SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. **Política Social, Família e Juventude: Uma questão direitos.** São Paulo: Cortez, 2009, p. 211-220.

Secretaria do Bem Estar Social – SEBES. **Projeto de Centro de Convivência de Jovens e Projovem Adolescente.** São Paulo, 2010. 28 p.

TISATTO, M. F; SILVA, J. F.. **Os impactos do Serviço de Preparação para o Primeiro Emprego do Naf – Jaraguá na inserção de jovens no mercado de trabalho.** Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto Toledo de Ensino, Bauru. 2009. p. 17-20.

ZAGURY, T. **O Adolescente por Ele Mesmo.** Rio de Janeiro: Record, p. 23-29, 1996.